

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS CAHL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS CULTURA,
DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DAIANA CAROLINE BARBOSA DE ANDRADE

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENTRE TANTAS MARIAS: NARRATIVAS DE
MULHERES EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO NO
RECÔNCAVO**

**CACHOEIRA - BAHIA
2018**

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENTRE TANTAS MARIAS:
NARRATIVAS DE MULHERES EM UM CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO NO RECÔNCAVO DA BAHIA.**

**Daiana Caroline Barbosa De Andrade
Mestrado em Ciências Sociais
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Cultura Desigualdade e Desenvolvimento sob a orientação de Dr^o Riccardo Cappi.

Orientador: Prof^o Dr. Ricardo Cappi

**CACHOEIRA BAHIA
2018**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

A553v Andrade, Daiana Caroline Barbosa de
Violência doméstica entre tantas Marias: narrativas de mulheres em um centro de referência de atendimento no Recôncavo / Daiana Caroline Barbosa de Andrade. – Cachoeira, 2018.
111 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Riccardo Cappi.
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2018.

1. Violência doméstica. 2. Violência contra as mulheres. 3. Centro Referência de Atendimento à Mulher (CRAM). 4. Cruz das Almas (BA). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. II. Título. III. Título: Narrativas de mulheres em um centro de referência de atendimento no Recôncavo.

CDD: 303.6

Elaboração: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

DAIANA CAROLINE BARBOSA DE ANDRDAE

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENTRE TANTAS MARIAS: NARRATIVAS DE
MULHERES EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À
MULHER**

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

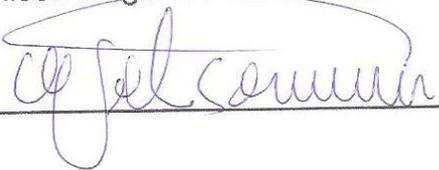
Cachoeira, 28 de março de 2018.

EXAMINADORES:

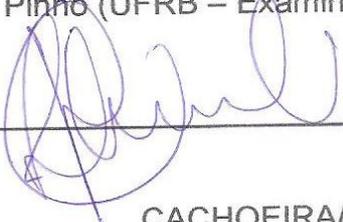
Prof. Dr. Riccardo Cappi (UFRB – Orientador)



Prof. Dr. Wilson Rogério Penteado Júnior (UFRB – Examinador)



Prof. Dr. Paula Hayasi Pinho (UFRB – Examinador)



CACHOEIRA/BA
2018

“Eu não serei livre enquanto houver mulheres que não são, mesmo que suas algemas sejam muito diferentes das minhas” (Audre Lorde).

AGRADECIMENTOS

Gratidão, palavra grandiosa é dela que me dirijo a todos!

Gratidão aos meus guias espirituais, sem fé, luz e proteção nada sou!

Gratidão por cada pessoa que conheci a partir do momento que escolhi ser mestrande, e todos que sempre torceram comigo.

A minha família: Pai, mãe, irmãos e sobrinhos, a força que vem de vocês me impulsionou a estar aqui. Raíssa, em especial essa vitória também é sua! Posso considerar como minha co-orientadora, pois desde o projeto inicial até agora me conduziu com muita dedicação.

Aos amigos: Zezé e família pelas orações, a Nanda pelas contribuições, Lide, Ane, Maria, Glória, Camila Borges, Tahama, Guinha, Zé, Tia Ane, Déa, Neves, Paty Dias, Drica, galera da AB\SMS em especial o NASF, as técnicas do Centro de referência, o Séc.de políticas especiais em especial Erica, ao Secretário de políticas especiais Pablo Rezende, os amigos da CLIMFISIO. Cada um trouxe uma contribuição para esta construção.

A CAPES, agradeço o incentivo financeiro, foi crucial para desenvolver a pesquisa.

Sendo grata aos colegas do mestrado, era para ser com vocês, que galera foi essa? Cada um vindo de um canto, com seus tantos conhecimentos e culturas que ao se misturarem se transformaram em: alegrias, união, ora faíscas saíam, a final somos seres em construção. Mas, tem sempre aqueles que pelas afinidades e desesperos em terminar atividades se chegaram mais rs! Sem falar na vida para além da universidade, os encontros de mesa de bar! Levarei comigo, digo nas legendas: unidos pela UFRB: Mayse, Renato, Taiane, Maria Helena.

A UFRB, Gratidão! Não sou mais a mesma desde o dia que entrei, aprendi tanto, que nem mesmo a melhor das teorias poderiam me ensinar! Pois, entendi com a convivência de milhares de pessoas, que respeitar é também olhar sem julgamento. Não deixarei de citar os técnicos, e os professores que contribuíram muito com meu aprendizado, seja a partir da teoria ou das janelas que abriam para que eu olhasse para além delas. Aqui refiro meu orientador Riccardo Cappi, professores: Wilson Penteadado, Antônio Eduardo, Diogo, Paula Pinho. Minha gratidão pelas trocas, realmente são infinitas as possibilidades de se dialogar sobre uma temática tão complexa como a que escolhi estudar. Voei para além do que imaginei. Riccardo Cappi, sigo com força e coragem! Sem esquecer das mulheres que tiveram a disponibilidade de revelarem sua experiência de vida, me virei pelo avesso para segurar por vezes a vontade de chorar, sim! Somos tantas Marias, que precisamos falar sobre violência, possibilidades de intervenção de cuidado...de RESPEITO!

ENTRE TANTAS MARIAS

Violaram o meu espaço,
Quando disseram que eu não deveria fazer determinadas “coisas”,
que só homem poderia fazer,
nem profissão eu pude exercer.
Me deram o lar para arrumar,
eu, prontamente arrumei.
Logo vieram filhos,
eu, recatada cuidei.
Bela flor era assim que me chamava,
até que me dera um tapa.
Eu, apenas amedrontei,
senti culpa por não corresponder às expectativas
e acreditei ser fraca e fiz tudo para não errar.
Tudo em vão, outros tapas, xingamentos e humilhações.
E agora, José?
Tantas Marias também vivem assim?
Vieram às flores e o perdão, agora sim!
Estou feliz, ele voltou a ser o que era...
Eita! Para... Outro tapa, murro e humilhação,
na frente dos filhos e da multidão.
Ninguém mete a colher em briga de marido e mulher, né?
Sempre ouvi essa conversa.
E agora, José, onde foi que eu errei?
Ele diz que foi o ciúme – é, né?
Dizem que é o tempero do amor!
Acho que é.
Deve ser por que ele bebe e logo muda comigo,
arranja até mulher na rua.
Tudo por causa da maldita bebida.
Ah! Se parasse a bebida, tudo estaria bem.
Dizem que só apanha quem gosta.
Eu não gosto!
Eu gosto, mesmo, é de amar,
de sair, passear, beijar, dançar, namorar, beber, ir para praia, viajar.....
viver, viver, viver, viver....
E você?
Ainda te digo: Entre tantas Marias, ainda há violência.
Ainda há esperança também!
Entre tantas Marias, todas querem viver.

Daiana Andrade 2018, (Texto produzido a partir do campo de estudo).

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENTRE TANTAS MARIAS: NARRATIVAS DE MULHERES EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO NO RECÔNCAVO

RESUMO

A violência doméstica está baseada na relação de gênero, um fenômeno cíclico que atinge principalmente as mulheres, ocorrendo em maior proporção nos ambientes privados, onde as tensões e apaziguamentos entre vítima e agressor são naturalizados e normalizados pela sociedade machista. A pesquisa foi realizada no Centro Referência de atendimento à mulher (CRAM): Maria Joaquina, no município de Cruz das Almas, BA. Foi abordada neste estudo a violência doméstica contra a mulher, objetivando conhecer os esquemas de percepções das mulheres em relação às atividades de proteção realizada no CRAM, assim como, a percepção sobre a violência, a partir dos atendimentos. Na metodologia foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com seis mulheres, numa abordagem metodológica qualitativa. Os dados foram analisados por meio da Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), tiveram como marco teórico-analítico a Teoria da representação social. Pôde-se inferir a partir das análises dos discursos das mulheres que a violência é percebida através das suas interações como outro, mediante a relação desigual de gênero, representando que as atividades do centro ressignificou seu modo ver, falar e enfrentar a violência.

Palavra-chave: CRAM; Violência doméstica; Violência contra mulheres

DOMESTIC VIOLENCE BETWEEN TANTAS MARIAS: NARRATIVES OF WOMEN IN A CENTER OF REFERENCE OF ATTENDANCE IN THE RECONCAV.

ABSTRACT

Domestic violence is based on the gender relation, a cyclical phenomenon which mainly affects women, occurring in a bigger proportion in private environments where tensions and appeasement between victim and aggressor are naturalized and normalized by the macho society. The research was carried out at the *Centro Reference de atendimento à mulher* (CRAM) [Reference Center for Women's Care]: Maria Joaquina, in the town of Cruz das Almas – BA. Domestic violence against women was approached in this study, in order to know women's perception scheme regarding the activities of protection held at CRAM, as well as the perception of violence, from calls. In the methodology, semi-structured interviews were used with six women, in a qualitative methodological approach. The data was analyzed by the *Teoria Fundamentada nos Dados* (TFD) [theory based data], has as theoretical-analytical framework the Theory of social representation. It was possible to infer from the analysis of women's discourses that violence is perceived through their interactions with the other one, through the unequal relationship of gender, representing that the activities of the center resignified their way of seeing, talking and facing violence.

Key words: CRAM; Domestic violence; Violence against women

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAM – Centro de referência e atendimento à mulher

CRAS – Centro de referência da assistência social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

DEAMs – Delegacia Especializada no Atendimento as Mulheres

FLASCO- Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais

LMP – Lei Maria da Penha

NAM- Núcleo de atendimento à mulher

NASF- Núcleo de Apoio a Saúde da Família

OMS- organização mundial da Saúde

ONGS – organizações não governamentais

SAE- Serviço de Atendimento Especializado

SINAN- Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres

STF – Superior Tribunal Federal

TFD- Teoria Fundamentada nos Dados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 NAS TEIAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: AS RELAÇÕES “APAZIGUADORAS” NO CONTEXTO SOCIAL E FAMILIAR	18
2.1 A violência no ambiente privado: relações de conflitos no interior dos lares com conotação de gênero.....	18
2.2 Os tipos de violência e o ciclo das relações abusivas.....	23
2.3 Ciclo da violência doméstica.....	29
2.4 Se o sexo feminino é frágil, então, o machismo se torna forte?	33
3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	33
3.1 Dados sobre a violência contra a mulher no interior da Bahia.....	42
3.2 Violência contra as mulheres e o que mudou com a Lei Maria da Penha.....	47
3.3 As redes de atenção: um elo de comunicação no enfrentamento a violência contra a mulher.....	53
4. ANÁLISE DAS EXPECTATIVAS DAS MULHERES EM FACE AS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO REALIZADAS NO CENTRO DE REFERENCIA DE ATENDIMENTO A MULHER CRAM	59
4.1 Metodologia: métodos e técnicas.....	60
4.2 Universo de pesquisa: situando o centro de referência da mulher Maria Joaquina no enfrentamento da violência contra a mulher.....	61
4.2.1 Relato de observação.....	68
4.3 Sujeitos de estudo.....	70
4.4 Aspectos éticos da pesquisa.....	70
4.5 Representações Sociais.....	71
4.6 Entrevistas semiestruturada.....	73
4.7 Teoria Fundamentada nos Dados: uma fonte para análise.....	75
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	78
5.1 Criando categorias a partir da TFD.....	75
5.2 Percepção das mulheres sobre a violência.....	83
5.3 Percepção das mulheres em relação as atividades desenvolvidas no CRAM...	90

5.4	Percepção das mulheres em relação aos atendimentos realizados no CRAM...	92
5.5	Maneira de ver e (re) pensar sua trajetória a partir da experiência de atendimento.....	95
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
7.	REFERÊNCIAS.....	100
8.	APÊNDICES.....	104

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno cíclico, e sua incidência atinge milhares de mulheres, ocorrendo na maioria das vezes através de uma relação proximal do agressor com a vítima, mediada por relações de poder, de gênero, raça e classe. Apresenta um caráter privado no que tange o espaço em que ocorre, tornando um agravante ainda maior e de difícil controle. Neste contexto, destaca-se a violência contra a mulher considerada como grave violação dos direitos humanos e manifestação de violência de gênero.

Dissertar sobre violência contra as mulheres no recorte doméstico, remete a dados estatísticos relacionados à mortalidade, aspectos sociais, culturais que se repetem, se naturalizam e apresentam representações de caráter jurídico e social, algumas das quais que responsabilizam a vítima, outras que a entendem como expressão extrema da dominação masculina.

Baseando-se em dados a partir dos altos índices de mortes envolvendo mulheres no Brasil, o Mapa da violência que trata do homicídio de mulheres de Waiselfisz (2012), aponta que no período entre os anos de 1980 a 2010 foram assassinadas no país mais de 92 mil mulheres, sendo 43,7 mil destas só na última década. Afirmando que o número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, representando um aumento significativo de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres com vidas ceifadas. Nos dados do anuário das mulheres brasileiras¹ aponta que 43% das mulheres sofrem violência nos lares.

Contudo, as diferenças entre os sexos é algo que vem se perpetuando no que tange direitos, deveres, e até na questão que envolve a violência, pois os homens e mulheres são vítimas diariamente deste fenômeno, porém em contextos diferentes. Enquanto as mulheres morrem em ambientes domésticos, o homem tem a vida ceifada no ambiente público.

¹Anuário das mulheres Brasileiras. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/anuario/2011/anuarioMulheresBrasileiras2011.html> Acesso em: 22 de setembro de 2017.

A preocupação com a violência contra as mulheres não é um fato novo, mas, um fenômeno que vem sendo discutido principalmente no campo acadêmico, em que contribuições acerca da preocupação com a superação dessa violência, tende a ser um requisito importante na construção de novas formas de se pensar e perceber esse fenômeno.

Portanto, o objetivo desta pesquisa é o de conhecer e compreender a percepção das mulheres em relação às atividades de proteção, realizadas pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher “Maria Joaquina” (CRAM), considerada como uma política pública específica no atendimento às mulheres vítimas de violência, situado no município de Cruz das Almas, Bahia. Nossos objetivos específicos consistem em observar como é descrita, percebida e avaliada a experiência do atendimento pelas mulheres, e como as mulheres ressignificam a experiência da violência doméstica a partir do atendimento, assim como, compreender como o centro contribui nesta ressignificação.

O caráter empírico desta pesquisa está voltado para análise das percepções das mulheres consubstanciadas às atividades de proteção, ofertada ao CRAM. Essa é uma pesquisa importante para o meio acadêmico, pois fundamentará a compreensão de como as mulheres representam suas experiências com a violência mediante as práticas de proteção ofertadas no serviço público de referência.

Os padrões sexistas e patriarcais, assim como a ausência do estado, na maioria das vezes, no que tange proteção e políticas públicas para coibir a violência fomentam essa discriminação. O estudo que envolve violência contra as mulheres, requer muita compreensão por estar relacionado a aspectos culturais, históricos e subjetivos, denotando que a violência se conecta com outros aspectos que geram mais violência.

Estudos sobre violência doméstica pontuam alguns eixos de análise significativos, como a mensuração da violência contra as mulheres, modo de operação da justiça, categorização do gênero, representações femininas sobre a violência, relação de vitimismo, violência e punição aos agressores, assim como as políticas públicas e os órgãos institucionais de atuação à violência. (HEILBOR e SORJ, 1999; IZUMINO, 2003; SANTOS e IZUMINO, 2005).

A partir dos movimentos sociais de mulheres das influências nacionais e internacionais onde foram realizadas marchas, protestos cujo objetivo foi o enfrentamento da violência contra a mulher, foram cobradas intervenções do estado, no que tange o elevado índice de violência sofrida pelas mulheres, assim como cobranças e punições contra o país, sendo considerado como negligente e responsabilizado a formular políticas públicas em prol das mulheres, surgindo às leis de proteção.

A fim de dar uma resolução às medidas de proteção foram criados órgãos de atendimento e enfrentamento, que contam com equipes multidisciplinares responsáveis pelo acolhimento das mulheres em situação de violência com intervenções psicológica, social e jurídica.

No que tange a proteção e enfrentamento da violência, o Brasil tem elaborado leis que buscam criminalizar as condutas sofridas pelas mulheres pelo fato de serem mulheres, como, por exemplo: a Lei Maria da penha nº 11.340/2006 que aborda a violência doméstica e familiar contra a mulher, assim como a lei do Femicídio nº 13.104 de 2015 que altera o art. 121 do código penal adicionado ao rol dos crimes hediondos (que considera a morte da mulher como um crime de gênero que envolve: violência doméstica e familiar, ódio, desprezo ou discriminação a condição feminina).

Logo, as leis necessitam de uma rede de serviços de enfrentamento e atendimento que funcionem mediante as políticas públicas no que cerne prevenção e proteção de indivíduos em situação de vulnerabilidade como no caso os serviços de referência no atendimento às mulheres em situação de violência, como os Centros de Referências Especializados.

A partir deste viés de órgãos institucionais, ressalto minha trajetória de interesse pela temática da violência contra as mulheres, surgindo durante meu exercício profissional nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), onde atuei como Psicóloga nos municípios de Cruz das Almas, Maragogipe e Santo Antônio de Jesus – BA. Tive a oportunidade de atuar nestes serviços especializados no atendimento a pessoas cujo direitos foram violados, tendo a oportunidade de acompanhar casos de violência contra a mulher que despertaram o interesse para o estudo em tela.

As mulheres chegavam ao serviço em decorrência da violência de gênero, perpetuada pela dominação masculina e traziam consigo medo, vergonha; buscavam apoio, proteção e respeito para elas e familiares. Muitas apresentavam em seus discursos a culpa, baixa autoestima, medo de denunciar, atribuindo a violência a fatores externos como: álcool, traição, etc. não gostavam de estar naquela condição, sendo contrário ao que a sociedade acredita e reproduz ao naturalizar a violência. Foram essas experiências que serviram de base para o desenvolvimento e interesse por este estudo.

Esta pesquisa tem como marco teórico-analítico a Teoria das Representações Sociais, aqui aplicada com o objetivo de melhor compreender as interações das mulheres com os atendimentos realizados no Centro de referência. (JODELET, 1993).

A construção dos capítulos procederá, inicialmente, com a uma investigação bibliográfica a fim de construir o conteúdo teórico e metodológico embasando em teorias que mais se adequem na fundamentação e explicação dos objetivos apresentados. Além disto, o presente estudo possui um enfoque qualitativo, com cunho prevalentemente indutivo baseando-se na TFD (Teoria Fundamentadas nos Dados), modalidade apresentada por Glaser e Strauss (1967), e que segundo Cappi, (2014), permite elaborar conhecimentos teóricos a partir da observação dos dados, mesmo que a título de hipóteses.

O caráter empírico desta pesquisa está voltado para a análise das percepções das mulheres consubstanciadas às atividades de proteção, ofertada ao CRAM e fundamentará a compreensão de como as mulheres representam suas experiências com a violência em relação às práticas de proteção ofertadas no serviço público de referência.

O estudo estará estruturado nesta ordem: apresentamos inicialmente reflexões sobre as definições acerca da violência respaldando em pesquisas em artigos, teses, dissertações, bibliografias (Scott, Saffioti, Foucault, Mynayo, Fraser Nancy, Nicholson, Gregori (2008), Piscitelli (2004); Almeida (1995), Chauí, Gonzáles, etc), todas elas vinculadas à temática central que é violência contra as mulheres. Com objetivo de explorar diferentes perspectivas teóricas a fim de compreender o

fenômeno, serão utilizados alguns conceitos importantes como: gênero, violência, feminismo, interseccionalidade.

Seguindo de apontamentos teóricos, uma breve contextualização histórica, social e político, a fim abordar a violência de gênero, os ciclos e tipos da violência contra a mulher. Apresentamos algumas categorias importantes da literatura feminista.

Assim como informamos sobre políticas públicas, dados sobre a violência no interior da Bahia, as mudanças apresentadas após a Lei Maria da Penha, redes de atenção e os mecanismos utilizados no enfrentamento da violência contra a mulher.

Após apresentação dos referenciais teóricos discutirmos sobre o campo de pesquisa, a experiência da observação inicial, sendo utilizada como procedimento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, tendo como respondente seis mulheres vítimas de violência doméstica. Partindo-se da teoria das representações sociais, os dados obtidos foram analisados através da TFD.

Por fim, foram expostos os resultados a partir das análises, apresentando categorias relacionadas à percepção das mulheres em relação à violência, a percepção das mulheres em relação às atividades desenvolvidas no CRAM e a concepção das mulheres a partir dos atendimentos realizados no CRAM.

2 NAS TEIAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: AS RELAÇÕES “APAZIGUADORAS” NO CONTEXTO SOCIAL E FAMILIAR

O capítulo em questão retrata alguns marcos e discussões teóricas importantes no contexto da violência contra a mulher, referindo o campo histórico e atual das lutas contra a discriminação que levou e leva milhares de mulheres a serem consideradas vítimas de violência de gênero, doméstica, conjugal, familiar, e até re-vitimizadas por aqueles que deveriam proteger.

Da mesma maneira, pretende abordar com conceitos teóricos e observações, as relações abusivas que permeiam na vida de uma mulher vítima de violência, mediante a um ciclo de tensões e apaziguamento, refletindo na naturalização da sociedade sobre a violência contra a mulher.

2.1 A violência no ambiente privado: relações de conflitos no interior dos lares com conotação de gênero.

O conceito de violência contra a mulher está intrinsecamente relacionado às questões de gênero, um fenômeno que atinge milhares de mulheres e assume relações de desigualdade que se manifestam cotidianamente. Essa definição foi determinada na convenção de Belém do Pará² de 1994, e adotada na Política de Nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, que no artigo 1º refere-se à violência contra a mulher da seguinte maneira:

Qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que causa morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, seja no âmbito público como privado, que pode ocorrer no âmbito da família ou na unidade doméstica, em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe ou não a residência (sem pág.).

Para Grossi (1998), a violência contra a mulher transcende o espaço privado e se reflete no público, levando muitos pesquisadores, militantes feministas e

² BRASIL.Presidência da República casa civil Subchefia para assuntos jurídicos. Decreto Nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Ver em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm

profissionais a se relacionarem com essa temática, sendo pontual para o entendimento do contexto da violência doméstica. Uma vez que, reporta uma demanda de intervenções de diferentes profissionais e distintas instituições.

O fenômeno da violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres constitui uma das formas de violação de seus direitos à vida, saúde e integridade física. É na unidade doméstica ³que a violência é vivenciada de forma cíclica, desencadeando em todas as classes sociais através de conflitos interpessoais, em que envolvem pessoas que se encontram ligadas por relações cotidianas de parentesco, afinidades e intimidade conjugal (CANUTO, et al., 2014; CAVALCANTI, 2009; MARINHEIRO, VIEIRO, SOUZA, 2006;).

A violência doméstica é definida por Paulino e Rodrigues (2016) como:

“Uma forma global, como um comportamento violento continuado, ou um padrão de controle coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar. Estando inseridos: o cônjuge, companheiro\,a, filho\,a, enteado\,a, pai, mãe, avô, avó, ou que, mesmo não coabitando, seja companheiro\,a, ex-companheira\,a, namorado \,a ou familiar.”

Enfatizar sobre a temática violência contra as mulheres, explicita o alvo contra quem a violência se dirige, não envolvendo somente os parentes e conhecidos que convivem sob o mesmo teto, mas também por qualquer desconhecido que não tenha nenhuma relação com a vítima, porém, que tenha praticado um ato violento.

A violência doméstica consiste em uma violência de gênero que se inter-relaciona com outras violências e que para SAFFIOTI, (2001) as vítimas também são:

[...] não parentes consanguíneos ou afins. Estão neste caso, empregadas domésticas, ainda com uma forte presença dentre as vítimas de violência sexual cometida por seus patrões, afilhadas (os), e os agregados (a) vivendo parcial ou integralmente no domicílio no qual o agressor é o pater famílias. (SAFFIOTI, 2001, P.131)

³ Unidade doméstica é o espaço de convívio permanente, mantendo vínculo familiar ou não, e até mesmo agregados. (art 5º,I) A família é considerada uma comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram parentes, podendo estar unidos por laços naturais, afinidades. Sendo consideradas: monoparental (um dos pais ou descendentes), anaparental (formada por irmãos), homoafetiva (LMP, artº2 e 5º, parágrafo único).

Muitos estudos são direcionados para a violência doméstica, mediante a relação conjugal devido à prevalência, no entanto, no contexto familiar, a reprodução da violência vem sendo apresentada nos discursos de mulheres que relatam ter sofrido tipos de violência praticada por outros membros da família, sendo esses: pai, padrasto, avô (ó), mãe, irmãos (ãs), primos (as), cunhados (as), etc.

Uma das formas específicas da violência doméstica, vem sendo associada à condição de conjugalidade, devido ao fato de os altos índices estarem relacionados às esferas privadas da família. Partindo desse pressuposto, Gregori (1992), analisou como é construído o argumento feminista sobre a violência conjugal, referindo que neste contexto, o papel de vítima está atribuído às mulheres, e que a violência contra seus parceiros representam atos de resistência, de reação ou de reprodução de padrões de comportamento instituídos externamente.

Segundo estudos realizados pela OMS, quase metade das mulheres vítimas de homicídio são assassinadas pelo companheiro, namorado ou ex-parceiro. Assim como, pesquisa realizada pela Anistia Internacional em 50 países apresentou dados que evidenciam que: uma em cada três mulheres já foi vítima de violência doméstica (RITT, RITT; 2014).

Com base na pesquisa de WAISELFISZ (2015), no mapa da violência, 55,3% dos crimes contra as mulheres foram cometidos no ambiente doméstico, e 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas. Dessa forma, a violência na modalidade doméstica (cometida por parceiros íntimos), assume uma feição crônica e estabilizada, e é empreendida sobre a mesma vítima.

SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995), passando a ser concebida como algo natural; “normal”; “na ordem das coisas”, e sua existência parece tão inevitável que dispensa justificção (BOURDIEU, 1999).

Segundo dados globais – com estudos realizados com participação de 70 países com a temática violência doméstica – são informados dados alarmantes: em torno de 43.600 mulheres são assassinadas todos os anos, em decorrência de crimes cometidos no ambiente doméstico. Isso equivale a cinco mulheres por hora (uma a cada 12 minutos), inclusive apresentando indicação de 500 mil mulheres que serão acometidas por esse fenômeno até 2030 (PAULINO, RODRIGUES, 2016).

Os autores ainda declaram que são poucos países que possuem uma legislação que protege, em especial, as mulheres vítimas de violência doméstica, representando 1\4 dos países que ainda não possuem legislação (em uma representatividade de 173 países, 46 não possuem). E no Brasil, a Lei Maria da Penha⁴ é um marco importante no enfrentamento à violência contra a mulher.

Os padrões sexistas e patriarcais, assim como a ausência do estado no que tange à proteção e políticas públicas para coibir a violência, fomentam essa discriminação. O estudo que envolve violência contra as mulheres, requer muita compreensão por estar relacionado a aspectos culturais, históricos e subjetivos.

A violência pode se configurar como uso de poder e da força contra o direito legítimo do outro, e esta concepção, segundo Espinheira (2004), se relaciona à violência como uma manifestação de poder e também como a sobreposição do interesse do indivíduo sobre o outro. Não há apenas a violência, mas violências, onde uma conecta-se com a outra formando um complexo de hostilidades sociais, um produto da desigualdade social que se refere à situação de miserabilidade vivenciada por muitos seres humanos.

Ao considerar que a violência contra a mulher se conecta com outros tipos de violência, evidencia-se que aumenta a discriminação, a opressão principalmente de classe, raça e etnia, denotando existir uma interseccionalidade, ou seja, categorias de discriminação que se relacionam, e que na maioria das vezes não são consideradas como fatores interligados, como no caso do gênero e racismo, que acabam por permanecerem independentes e naturalizadas. (CRENSHAW, 1989).

⁴ A lei 11.340\06 denominada Maria da Penha, recebeu este nome em homenagem a Maria da Penha Fernandes, vítima de violência doméstica durante 20 anos, seu agressor era seu companheiro Marco Antônio Herredia Viveros, que na primeira tentativa de assassinato a deixou paraplégica com um tiro, tentando mais duas vezes uma com choque e a outra com empurrão da cadeira de rodas. Entre denúncia e julgamento duraram oito anos após o crime, que foi anulado posteriormente pelos advogados do acusado. Após três anos foi julgado culpado, condenado a dez anos de prisão, porém, recorreu a sentença. Após quinze anos sem resolução do caso, Maria da penha com apoio de ONGS, envia o caso para Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA) que atende à demanda de violência doméstica pela primeira vez. Resultando na prisão do agressor por dois anos e responsabilizando o Brasil a negligenciar e ser omissos a vítimas de violência doméstica, e por entender que o País descumpriu com o art. 7º, da convenção de Belém do Pará, nem os arts.1º,8º e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos, sendo recomendado criar legislação adequada a este tipo de violência, dentre outras medidas. Entidades se reúnem definindo inicialmente um anteprojeto de Lei, e em 2006 a lei entra em vigor. (Ver mais em: http://www.observe.ufba.br/lei_mariadapenha). acesso em: 18 de julho de 2017.

Na pesquisa realizada pela data do senado (2013)⁵ sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, dados apontam que 700 mil mulheres ainda sofrem agressões, mesmo após a sanção da Lei Maria da Penha, e que a maioria das brasileiras conhecem e sabem sobre a existência da lei.

Os dados confirmam, que as mulheres com menor nível de escolaridade e as negras são as maiores vítimas, revelando como a educação apresenta ser um fator importante para emancipação feminina, assim como a ausência de políticas efetivas no enfrentamento das desigualdades entre os sexos, raça, classe e etnia, ainda é um fator a ser debatido.

Este estudo ainda apresenta, que 40% das mulheres procuram ajuda na primeira agressão, sendo que algumas mulheres (entre 21% e 32%) preferem fazer a denúncia após a terceira vez que ocorrem as agressões. Além de que, alguns dados afirmam que 70% das mulheres possuem medo do agressor, e muitas destas mulheres apresentam em seus discursos, o medo dos companheiros serem presos, sendo este, o único provedor da casa.

Muitos autores ratificam que os agressores em sua grande maioria são os que possuem uma relação próxima e íntima, apontando o ciúme e o álcool como principais fatores da agressão (com 25% e 28%) respectivamente, através das respostas das entrevistadas.

Sobre este aspecto, Gregori (1992) apud Azevedo (1987) aponta o álcool em 52,2% como fator condicionante que mais aparece nas queixas das mulheres, sendo atribuído ao fato dos companheiros estarem embriagados no momento da agressão. E um dado que leva questionar é: “sobre o significado que está subjacente ao uso do álcool e agressão praticada, podendo este ser considerado um potencializador ou catalisador da agressão.”

Pode-se pensar como estas relações entre o homem e a mulher são apaziguadas a partir da justificativa de que o álcool estimula ou altera o comportamento do homem, o tornando agressivo ao ponto de bater na mulher. Não

⁵ Data Senado: Violência doméstica e familiar contra a mulher. Secretaria de transparência 2013. Disponível em: https://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf

podendo desconsiderar, que esse uso sendo abusivo ou não, pode estar atrelado à sensação do prazer em beber, sendo refletida no seu prazer em dominar (Gregori, 1992).

Cabe referenciar, que outro fator atribuído pelas mulheres agredidas à causa da violência, é a traição dos seus companheiros, que acabam por culpar outras mulheres pelo motivo das discórdias e inocentar os companheiros pelas práticas agressivas.

Um movimento de tensões e apaziguamentos surge nestas relações, e de um lado os homens agridem e humilham, e do outro as mulheres são revitimizadas, tem vergonha, culpa e medo de romper com o silêncio, de dar queixa do agressor, de sair da relação abusiva, e de morrer, mantendo-se assim em um ciclo condenável.

2.2 Os tipos de violência e o ciclo das relações abusivas

No contexto da violência doméstica, vários tipos de violência são praticados sob exercício de poder, proveniente de uma relação conflituosa, que geralmente são traduzidas em formas de agressão física, psicológica, econômica, sexual, social ou patrimonial, como é apresentada no texto da Lei Maria da Penha⁶.

Os tipos de violência contra a mulher abrangem assim a violência física, sexual e psicológica, ocorrendo predominantemente contra as mulheres no ambiente doméstico, praticada por parceiros íntimos ou por pessoas que não tenham uma relação íntima ou consanguínea. Sendo citada através da convenção interamericana de Belém do Pará (1994):

“a) ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras turmas, o estupro, maus-tratos e sexual;

⁶ As formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres segundo o artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm acesso em 20 de fevereiro de 2016.

b) “ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local”; e

c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra”

No que se refere à sua conceituação, a violência física é caracterizada como todo ato violento com uso da força física de forma intencional, praticada por familiares ou pessoas próximas da vítima, que pode ferir, lesar, provocar dor e sofrimento, deixando ou não marcas evidentes no corpo, e podendo acarretar inclusive a morte. Podem ser praticados por meio de tapas, beliscões, chutes e arremessos de objetos, causando lesões, traumas, queimaduras e mutilações. Apesar de subnotificada, é a mais identificada pelos serviços de saúde (BRASIL, 2010).

A violência física pode ser frequentemente identificada em quase todos os crimes de violência contra a mulher, pois é facilmente observada na pele, na mucosa, no esqueleto, no sistema nervoso central, no tórax e no abdome. As lesões cutâneo-mucosas podem ocorrer por meio de golpes, queimaduras, mordidas e por armas brancas ou de fogo. Elas vão desde hiperemia (aumento de sangue na área, podendo ser decorrente de traumas), escoriações, equimoses (sangramento que ocorre e penetra os tecidos, deixando roxo o local), perda de dentes e/ou cabelos, hematomas e até queimaduras de terceiro grau. No esqueleto, a agressão física costuma provocar mutilações e fraturas dos ossos e dos membros em diferentes estágios de gravidade. No sistema nervoso central, este tipo de violência é responsável por traumatismos crânio-encefálico que podem ocasionar fraturas dos ossos do crânio. (FERREIRA et al., 2001).

A violência sexual é definida através da lei Maria da penha (art. 7º) como:

“Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que force ao matrimônio, a gravidez, ao aborto ou a prostituição, mediante a coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.”

É apontada como um fenômeno universal que atinge todas as idades, classes sociais, etnias, religiões e culturas. Este tipo de violência nem sempre é diagnosticada ou denunciada, o que em parte tem sido atribuído, entre outras coisas, à ausência de lesões físicas aparentes, dificultando seu diagnóstico por profissionais das áreas de saúde, e sendo posteriormente subnotificada no momento do registro dos boletins de ocorrência. (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005; HABIGZANG et al., 2006).

A violência sexual geralmente remete às vítimas sentimento de culpa, constrangimento e tolerância da vítima; despreparo de muitos profissionais; ausência de padronização no diagnóstico; bem como ao fato de que na sua maioria é praticada por pessoas ligadas diretamente à vítima, sobre a qual exercem alguma forma de poder, culminando assim em um “pacto de silêncio” (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005; HABIGZANG et al., 2006).

Esse tipo de violência pode ser manifestada sob uma variedade de formas, dentre as quais: estupro, incesto, assédio sexual, exploração sexual, pornografia, pedofilia, manipulação de genitália, mamas e ânus, até o ato sexual com penetração, imposição de intimidades, exibicionismo, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas e impostas e “voyeurismo” (obtenção de prazer sexual por meio da observação), ocorrendo predominantemente no âmbito doméstico. (BRASIL, 2010).

O tráfico de pessoas para fins de exploração também é considerada um tipo de violência contra as mulheres, o protocolo internacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas (protocolo de Palermo) da ONU define no seu artigo 3º o conceito de tráfico de pessoas⁷:

“Recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.”

⁷ Ver: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/trafico-de-mulheres-politica-nacional-de-enfrentamento>.

O estupro também é configurado como uma violência sexual, que segundo a Lei Nº 12.015, de 07 de agosto de 2009, é considerado como o ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou praticar algum outro ato libidinoso (BRASIL, 2009a). A lei dá destaque à questão que a sociedade precisa entender e incorporar o direito fundamental da pessoa humana e desenvolvimento sexual, pois considera como dignidade a manutenção da integridade.

Neste sentido, no que tange a aplicação de uma Lei específica que vislumbra proteger as mulheres contra a violência, a lei Maria da Penha poderá ser aplicada também nos casos de violência sexual, uma vez que considera a violência contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que cause à mulher: danos psicológicos, moral, sofrimento sexual, etc. (LMP, ART 5º, caput e incisos 2006).

No entanto, para aplicação desta lei, a violência deve ter ocorrido no âmbito da unidade doméstica, familiar e de qualquer relação íntima de afeto. (LMP, art. 5º, inciso I a III). Medidas aplicáveis deverão ser adotadas pelo juiz em situação de violência sexual, como as medidas de assistência à mulher (incluindo serviços de contracepção de emergência, profilaxia de DST e Aids, assim como, acompanhamento por uma equipe multidisciplinar). (LMP, arts.29 a 32).⁸

Atentado Violento ao Pudor também se constitui como uma forma de violência sexual, sendo considerado como o ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal (BRASIL, 2004).

No artigo 213 da Constituição Federal, estupro e atentado violento ao pudor são referidos como:

⁸ Cabe ressaltar no que tange direitos sexuais e reprodutivos, consta que as mulheres enfrentam violação de direitos, e no caso específico as mulheres negras são as maiores vítimas. Góes, et al (2014) refere que estas já possuem o racismo como eixo estruturante e sistêmico que determinam suas condições de ser e, por conseguinte limitam seus acessos a saúde e direitos básicos. GOES E, MOORE H, FIGUEIREDO J. Mulheres negras, racismo e a (não) garantia dos direitos reprodutivos.18º REDOR com o tema: Perspectivas Feministas de gênero: desafios no campo da militância e das práticas. Universidade Federal rural de Pernambuco, Recife – PE 2014.

“[...] Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Pena: reclusão de 6 a 10 anos/ Vítima entre 14 e 18anos, reclusão de 8 a 12 anos/ Se resultar em morte, reclusão de 12 a 30 anos.”

O índice de denúncia em casos de violência sexual ainda é considerado baixo, dificultando seu registro estatístico e necessitando desenvolver mais pesquisas nesta área. É, entretanto, conhecido que este tipo de violência pode levar a lesões, gravidez indesejada, disfunção sexual, e / ou doenças sexualmente transmissíveis (como o HIV, Sífilis, HPV, etc.), tendo também um grande impacto biopsicossocial (SOUZA; ADESSE, 2005).

Um exemplo de violência sexual é obrigar a mulher a engravidar ou forçar o ato sexual e agressão durante o sexo. Situações que demonstram como o poder masculino se mantém através da virilidade e procriação, e como, o número de filhos poderia manter a mulher submissa ao papel de cuidadora da família, sem ter como se envolver com outras atividades (CARMO, GOMES MOURA, 2010)⁹.

Episódios envolvendo violência sexual, em que houve tentativa ou sendo consumado o abuso, muitas vezes é um ato seguido por maus tratos ou tortura e mutilação. Muitos dados indicam como a violência de gênero é recorrente, e que mulheres são agredidas e chegam ao óbito diariamente, pelo simples fato de serem mulheres. A OMS em seu relatório de 2014, registra que a cada três mulheres, uma é vítima de violência doméstica, incluído prevalência de 30% entre a violência física ou sexual, variando entre países¹⁰.

Dentre os diversos tipos de violência, a psicológica e a negligência são tipos de maus-tratos frequentes, e aparecem muitas vezes associadas a outras formas de violência.

⁹ Carmo, Gomes, Moura. Violência doméstica: a difícil decisão de romper ou não ciclos fazendo gênero 9, diásporas, diversidade, deslocamento.23 de agosto de 2010. Disponível:http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278278656_ARQUIVO_violenciado_mesticadificildecisaoderomperounaocomessecciclo.pdf 18.06.2017.

¹⁰ Bangladesh aparece como o país com índices mais altos com 71 %de violência física e sexual, seguido do Japão com 15%. Citado no livro: Violência doméstica: identificar, avaliar, intervir, de Paulino, Rodrigues 2016.

A negligência pode estar relacionada também a omissão em termos de cuidados básicos como a privação de medicamentos; cuidados necessários à saúde e higiene e ausência de proteção contra as inclemências do meio. (FERREIRA et al, 2001).

A violência psicológica é um tipo de violência mais representado nas denúncias de violências contra as mulheres, sendo de cunho subjetivo, que não deixa marcas visíveis, dificultando sua notificação, e que acabam sendo naturalizadas. Na Lei Maria da Penha está definida como qualquer conduta que lhe cause danos emocionais e diminuição de autoestima, ou que perturbe o pleno desenvolvimento.

Mesmo sendo reconhecida por lei como um tipo de violência que atinge as mulheres, ainda necessita de muitos avanços para que seja evidenciada como um tipo de violência que gera danos à vida das mulheres e familiares.

Esse tipo de violência surge como sinais de angústia e ansiedade, que acabam por determinar problemas comportamentais, e que fogem ao padrão habitual, motivando a procura dos serviços de saúde e dos centros de referência (BRASIL, 2010). Os exemplos de violência psicológica são: diminuição de autoestima, ações de ameaça, constrangimento, humilhações, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, xingamentos, chantagens, limitar o direito de ir e vir, ridicularização, ofensas, etc. (BRASIL, 2006).

Buscando reforçar a importância e a necessidade de envolvimento do setor de saúde, na notificação dos casos suspeitos ou confirmados de violência, contra qualquer grupo etário, o Ministério da Saúde, aprovou em 25 de janeiro de 2011, a portaria GM/MS nº 104. Essa portaria aborda em seu Art.2 sobre a lista de Notificação Compulsória¹¹ (LNC), referente às doenças, agravos e eventos importantes para a saúde pública em toda a rede de saúde, pública e privada, o qual inclui no item 48, a violência doméstica, sexual e/ou outras violências.

¹¹Lista de Notificação compulsória. Disponível em:http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html. Acesso em agosto de 2017

O Art. 3, por sua vez, remete à obrigatoriedade da notificação e registro das doenças e agravos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, obedecendo às normas e rotinas estabelecidas pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde - SVS/MS (BRASIL, 2011).

As violências sociais e econômicas ocorrem frequentemente no âmbito doméstico, estando relacionada à dependência financeira das vítimas aos agressores, em que o mesmo é o único provedor de subsistência, utilizando deste fator, estratégia para promover controle. Podendo este, sob ameaças, afastá-la do meio social e familiar.

Neste contexto, se englobam múltiplas formas de violência, tornando-se cíclica, aumentando a intensidade e a gravidade. Refere-se como cíclico devido à continuidade ao longo de meses e até anos, podendo ser menor na fase de tensão e apaziguamento e aumentar na fase de explosão. Geralmente, representadas através das violências conjugais que ocorrem de forma cíclica, com aumento de intensidade e gravidade, podendo desencadear em homicídios.

2.3 Ciclo da violência doméstica

Para uma melhor compreensão teórica do fenômeno, vale apresentar o já bastante conhecido “ciclo da violência doméstica”. Observa-se o contínuo investimento de controle sobre as vítimas em todas as fases, fortalecendo os tipos de violência que culmina em aumento de tensões, momento de explosão (episódio da violência) e a fase da reconciliação / apaziguamento, referida como lua de mel. Na figura1 encontra-se uma breve ilustração do ciclo da violência.¹²

¹² ¹² @LUCENA, Kerle Dayana Tavares de et al . Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. J. Hum. Growth Dev., São Paulo , v. 26, n. 2, p. 139-146, 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822016000200003&lng=pt&nrm=iso>acessos em 15 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.119238>.



Figura 1- representa o esquema do ciclo de violência adaptado do artigo análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. (LUCENA,2016).

Fonte: LUCENA (2016). Adaptado

A primeira fase é considerada como aumento de tensão mediante uma relação abusiva, e é mantida com controle extremo sobre a mulher, criando um ambiente estressor e perigoso para a mesma, em que o agressor cria situações, pretexto, fantasias que demonstre sua agressividade, reforçando posteriormente na vítima, a culpa pelo ato.

Na segunda fase, há um momento de explosão: episódio de violência, podendo ser iniciada por qualquer motivo, desde que o agressor considere como algo que o desagrade, uma violência verbal seguida de violência física grave, intercalando com outros tipos de violência. A vítima tende a reagir ou não (por medo de agravar a situação) e apenas de se defender quando conseguem ataques mais violentos, descarregando na vítima a sua tensão.

Quando necessitam de assistência médica devido à gravidade das agressões, as mulheres tendem a mentir sobre as causas. O agressor continua a utilizar desculpas do cotidiano para pedir desculpas a mulher, referindo a dificuldades no trabalho, consumo de álcool, dívidas, etc., a maioria desses homens culpam as mulheres pela tensão.

Na terceira fase, a considerada “lua de mel”, a tensão, ao diminuir, tendem a pedir desculpas e demonstrar que não cometerá mais o ato de violência contra a mulher. Cobrem de carinho e atenção e até mesmo envolve familiares para demonstrar arrependimento. Esta fase dura, até quando outra fase de tensão surgir e reforçar o ciclo da violência (PAULINO, RODRIGUES, 2015).

O ciclo é mantido mediante uma relação de afetos e conflitos, do caso contrário o ciclo não existiria, pois, nos momentos em que os membros da família estão na fase de lua de mel mantém interações afetivas, mesmo que posteriormente ocorram tensões. Os ciclos são rompidos geralmente com os términos das relações, necessitando na maioria das vezes de auxílio externo.

A maioria das mulheres não denunciam por vergonha, constrangimento e medo, seguido por esperança de que o companheiro mude, e na maioria dos casos as mulheres não conseguem sair de relações abusivas por uma série de razões de ordem emocional, social, econômica, etc.

Por sua vez, Ewing (2007), constata que para além das dificuldades financeiras, muitas mulheres agredidas não conseguem saírem da relação abusiva por temor em não ter apoio de amigos e familiares, ou até mesmo, que estes possam encorajar a permanecerem na relação. Apontando que muitas não têm para onde ir.

A mulher agredida apresenta dificuldades em sair da relação por receio de aumentar a indiferença, antipatia e agressões, atitude que acaba estimulando o ciclo da violência. Portanto, o preconceito imposto pela sociedade que rotula e estereotipa o sexo feminino, e esse é um dos fatores que desenvolvem crenças pessoais sobre as mulheres a saírem destas relações, logo, elas não se sentem seguras no campo familiar e judicial. (BANDEIRA, 2002).

Muitas mulheres temem em denunciar seus agressores por medo de que a violência aumente e ocasione a sua morte, pois frequentemente isto é reforçado pela impunidade mediante a tantos casos de violência, mesmo após denúncia.

Por muito tempo a violência contra a mulher era notificada como um crime de pequeno potencial ofensivo, tipo “uma briga de vizinhos”, e os agressores tinham

penas flexibilizadas, como pagamento de cestas básicas ou prestação de serviços comunitários.

Em determinadas situações, alguns homens tornam-se mais violentos com as esposas quando elas anunciam a intenção de terminar a relação com o companheiro Ewing (1997), que refere a existência de homens que não suportam a ideia de serem rejeitados, e como tal, assumem comportamentos extremamente violentos em caso de rejeição.

Neste sentido, pode-se pensar no papel de provedor atribuído ao homem, que assume uma figura patriarcal mediante a obediência da família, e em situação de separação, estaria vulnerável perante a rejeição da mulher, em não permitir mais ser serva, e logo, não admitiria perder a atribuição do poder (de ser macho), mantendo o ciclo das agressões.

Romper com o silêncio é uma barreira encontrada por muitas mulheres, e quando conseguem falar sobre sua condição de vítima, são responsabilizadas, culpadas por terem ficado em uma relação abusiva. “A culpa é” ser mulher no mundo carregado de machismo e preconceito, que dissemina e naturaliza a violência no cotidiano.

À mulher é atribuída a culpa por não se manter na relação conjugal mesmo que violenta, na mesma ordem que concedem à mulher a responsabilidade pelos problemas da família, sem considerar a dependência financeira, diante de uma ampla ordem social e econômica, que torna difícil a mulher sobreviver sem recursos, ressaltando que a maioria das mulheres possuem filhos.

Assim, como se pode citar a inadequada resposta das instituições judiciais, sociais e de saúde no que tange assumir seus papéis de prevenir, promover e cuidar. Logo, a fim de “protegerem” sua vida e de familiares, a mulher permanece com o agressor, numa teia de tensões que se partem e se reconstroem mediante fatores que mantêm as mulheres no ambiente privado, no ciclo da violência.

2.4 Se o sexo feminino é frágil, então, o machismo se torna forte?

Contida em um ciclo abusivo de violência, a mulher notoriamente permanece nas relações na tentativa de sobreviver, que vai desde a cultura de manter o casamento “até que a morte os separe” até estender seus dias de vida, se mantendo em uma relação de dominação. Comumente se ouve e se repete que a mulher apanha porque gosta, isto é, referindo até mesmo nos órgãos de acolhimento e de proteção.

Teles e Melo (2002), declaram que as mulheres vêm sendo alvo de discriminação e maus tratos a muitas gerações pelo simples fato de serem mulheres, e cita que os homens também são reprimidos e subordinados, porém, por razões diferentes e externas e não porque são homens. Neste propósito, até os espaços de violência apresentam predominância em contextos diferentes para ambos os sexos.

A respeito do espaço onde ocorre a violência, Waiselfisz (2015)¹³ destaca que em relação ao local de agressão contra as mulheres, os dados apontam que (27,1%) ocorrem em seus domicílios, em contraste a violência sofrida pelos homens que ocorrem (10,1%) nos espaços públicos, em que vidas são ceifadas por arma de fogo: homens (73,2%), em mulheres (48,35%), seguida de estrangulamento/sufocação, armas brancas, motivos considerados na maioria das vezes como fúteis e banais, movidos pelo ódio e que geralmente é naturalizado, e as vítimas são culpadas.

A violência assume características de força e poder, algo associado culturalmente à figura do masculino, e a este se justificam os comportamentos, que a depender do contexto, são considerados desviantes e criminosos, ou justificados pela sociedade, bem como aquele que detém a força ou poder.

¹³ _ O mapa de violência de 2015, foi focado especificamente nas questões de gênero. WAISELFISZ J. J. **Mapa da violência de 2015**: homicídio de mulheres no Brasil, Flasco inst. sangari. 1ª Edição Brasília – DF 2015. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em 21 de janeiro de 2017.

Segundo Cavalcante (2013), a criminalidade atribui a determinados sujeitos que recebem os rótulos, sejam de bandidos ou delinquentes, e logo são excluídos da sociedade. Porém, no que tange a temática violência doméstica, aquele que agride não é visto como criminoso, uma vez que, assumem características patriarcais, assim, a figura deste é atribuída ao provedor da família, que às vezes se “desentende” com a esposa. Mediante a um sistema de valores distorcidos e justificáveis, em que o agressor exclui sua responsabilidade sobre os atos de violência.

Na visão feminista, as mulheres aparecem como seres passivos, vitimados. Para Gregori (1992), já que a mulher não é considerada um sujeito constituinte¹⁴ de sua situação ou destino, passa a ser considerada vítima, mesmo se agir contra os outros. Neste sentido, Chauí (1985), afirmava que o lugar direcionado a mulher é fruto de uma condição geral da subordinação, sendo que as mulheres aparecem como passivas, a partir da visão que as define enquanto gênero ou nas situações em que ocorrem os conflitos.

No entanto, no que tange vítima e algoz, Marilena Chauí (1985) não concorda que a mulher assume apenas a figura de vítima e passiva, abrindo uma discussão, que embora o vitimismo seja abordado nos fenômenos da violência, no ambiente doméstico, as mulheres mesmo que assumindo uma posição subalterna, agem, condenam e até agredem. Entretanto, para a autora, ao qualificar tais dualidades e gestos como uma reação, acabam por reproduzir a “estrutura” básica que matem a violência (GREGORI,1992, PÁG 131).

Com base neste sentido, vêm-se reproduzindo papéis e lugares, e atribuindo à mulher um lugar de passividade, sem que possam ser sujeitos de defesa, fortalecendo o lugar de fragilidade e paralisando suas ações. No entanto, muitas mulheres, feministas e pesquisadoras, se reuniram em movimentos de tornar outras mulheres conscientes dos seus espaços e direitos. Porém, esta é uma questão que requer muito diálogo, sendo que novos contextos e pautas sempre estarão em questão no que refere a essa abordagem, uma vez que não se trata de um tema individual.

¹⁴ A noção da mulher como sujeito não constituinte foi formulada no trabalho de Simone de Beauvoir (1970) considerado um trabalho pioneiro e referencial para o movimento feminista. (GREGORI,1992).

Enquanto o homem for visto como forte, uma figura reproduzida e fortificada pela sociedade, que tem o dever de prover o sustento da casa, cabe à figura da mulher, nesta leitura, ser sábia ao edificar o lar. Isso vai continuar configurando e reforçando os ambientes a serem masculinos e femininos: espaços públicos dos homens, espaços privados das mulheres, porém, com o advento dos movimentos sociais e do processo de industrialização, as mulheres adentraram nos espaços públicos.

A violência acaba revelando, segundo Gregori (1992) apud Azevedo (1985), o conflito de interesses entre os sexos, apontando de um lado o interesse do dominador, referindo a um desejo de dominação (associado à montagem de um sistema que permite sua efetivação e duração), e do outro refere o interesse da mulher, que não se apresenta definido, devido a sua condição de subordinação emergida da violência simbólica¹⁵. Neste sentido, para Foucault (2005) e Toledo (2002), estas relações, assumem um poder que vem permeando vários espaços, refletindo de forma sutil.

Um exemplo a ser referenciado é a família enquanto uma instituição social, que pode ser considerada como um espaço onde o poder se perpetua de maneira articulada à cultura e sociedade, enfatizando neste viés, o contrato formal que garante ao homem o poder de herança, permeando em discursos dominantes, principalmente em relação aos lugares que cada membro deve ocupar, designando o público ao homem e o privado à mulher.

Neste sentido, o trabalho em espaços públicos é designado para os homens – como sendo responsável pelo processo produtivo social – e o privado/ou doméstico as mulheres, sendo considerado como improdutivo e desvalorizado, impondo atributos valorativos para ambos os sexos, porém em aspecto diferenciado.

Sobre esta perspectiva, Blay (2003), afirma que as mulheres se inseriram nos espaços públicos em virtude das modificações políticas, econômicas e culturais no período do final do século XIX ao início de século XX, situação requisitada pela industrialização crescente da época, e mediada pelo movimento feminista, reportando em mudanças na vida das mulheres. Mudanças essas que

¹⁵ Para autora a violência simbólica está associada a ideologia machista, referente a noção de mundo formulada por aquele que domina sobre o dominado.

impulsionaram a questionamentos relacionados à dominação masculina sobre as mulheres.

A autora ainda acrescenta que houve mudanças no que tange às percepções das mulheres em torno do casamento, dominação e tirania dos homens, infidelidade e brutalidade (principalmente entre as mulheres das classes média e alta), que atribuíram à relação do trabalho remunerado à independência financeira, adquirindo assim poder social e econômico (BLAY, 2003). Sob a perspectiva de BESSE, (1999) a interpretação dessas queixas teve um significado de crise familiar ou no casamento, referindo como responsáveis pela crise: o trabalho e a paixão das mulheres.

Neste sentido, a mulher ao adentrar no mercado de trabalho colocaria em risco os cuidados com a família. Dessa maneira, condicionado a manter o poder de provedor aos homens sobre a família, neste período fora sancionada pelo Estado, o código Civil de 1916, outorgando que o marido possuía o poder de permitir as esposas a trabalharem ou não. Assim, inconformadas a serem subservientes aos maridos, se mobilizaram em grupos gerando questionamentos e lutas por direitos iguais e uma vida mais humana.

No período entre final da década de 70 e início dos anos 80, em que os movimentos de mulheres se formaram e fortaleceram, ganharam visibilidade em decorrência a mudanças sociais, políticas e econômicas do Brasil. As mulheres adentraram nos espaços ditos públicos, referenciados apenas para os homens, e entre seus questionamentos, o gênero e a violência contra a mulher foram fortemente debatidos.

Com incentivo da observação empírica e através das discussões teóricas nos anos 90, foi introduzida a categoria gênero nos estudos feministas no Brasil, repercutindo em novos estudos sobre a violência contra as mulheres, enfatizando a vitimização.

Os estudos sobre mulheres e gênero, referenciados como campo de saber, surgem a partir de pautas e discussões e com base nos movimentos de mulheres e feministas, que se estendem para além dos seus direitos em busca da igualdade,

que mobilizavam espaços com suas bandeiras de lutas e uma dessas estava e está o combate à violência contra as mulheres (violência de gênero).

Tornar-se mulher em meio a esta sociedade sexista, machista e opressora, é um desafio constante, e as mulheres vêm ocupando um espaço no cenário político econômico e familiar, sendo coadministradoras dos interesses patrimoniais, competindo no mercado de trabalho (porém ainda em desigualdades salariais).

É possível observar cotidianamente, frases, discursos, noticiários e concepções discriminatórias que, são reproduzidos e naturalizam a violência, reforçando o lugar e a identidade das mulheres: “mulher é sexo frágil”, “mulher de verdade é que edifica o lar”, “a mulher deve obedecer ao seu senhor”, “Amélia, que é mulher de verdade”, “bela, recatada e do lar”, e que só reproduzem o lugar da mulher submissa, que assumem os espaços privados de ser dona de casa e reprodutora de filhos, e não de conhecimento e de lutas.

Os padrões de submissão e de violência contra a mulher no curso da história brasileira estão presentes na cultura popular, na música, na arte, na política, na mídia e até mesmo nas famílias, e neste contexto, padrões androcêntricos¹⁶, sexistas, patriarcais e conservadores, seguem sendo reforçados, fomentando a discriminação da mulher, se manifestando através da violência de gênero. (CORRÊA, 2011).

No Brasil, a violência contra a mulher não está ligada somente a visão da pobreza ou da desigualdade social e cultural, mas também associada ao preconceito, à discriminação e ao abuso de poder que o agressor¹⁷ possui sobre a

¹⁶ Fraser (2002, p. 64-65) refere o androcentrismo a partir de um padrão institucionalizado com valor cultural que ressalta principalmente traços associados com a masculinidade, sendo assim, desvaloriza tudo que seja associado como “feminino”, mas não somente às Mulheres”. FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Org.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/34, 2002, 59-78.

¹⁷ Guimarães (2011) enfatiza que a Lei Maria da Penha não refere à configuração do agressor, deixando indicação que aponta sua qualificação, direcionando a marcos conceituais sobre família e relações domésticas. Neste sentido este pode ser considerado como conjugue, marido, companheiro (a), namorado, padrasto, madrasta, enteado (a), e até ex. neste sentido que o autor aponta a problemática de como a lei se direciona sobre a violência praticada pelo ex. companheiro estando separado da vítima.

vítima ¹⁸, assim, descreve-se que o agressor tem como matriz a própria estrutura social, que reproduz comportamentos discriminatórios contra as mulheres, e por mais que se trate como desvios psicológicos, a origem da violência doméstica se encontra no próprio sistema social (RITT, RITT; 2014).

A sociedade assume posições contraditórias no que se refere à violência, sendo que por muitas vezes a rejeita, dependendo da forma e intensidade com que ela acontece, seja através de práticas de crueldade, como, em outras ocasiões a legitima ao naturalizar e reproduzir padrões de submissão impostos do masculino para com o feminino (ALMEIDA 1998).

O estudo de gênero é visualizado para além de ser um objeto de investigação, passando a ser entendido como uma categoria de análise que ultrapassam objetos de análise: homens e mulheres, e a construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros, e Saffioti (1992, p. 210) considera que não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro, mas, a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção.

As relações de gênero estão presentes no cotidiano das pessoas e perpassam todas as classes sociais, sendo imprescindível incluir a noção de gênero neste contexto, que está amplamente citado nas relações de desigualdades entre homens e mulheres, constituídas pela hierarquização patriarcal que fomenta as discriminações sexistas originárias da violência de gênero. O gênero tem sido referenciado a construções sociais que estão relacionados com a distinção do masculino e feminino, incluindo corpos femininos e masculinos (NICHOLSON, 2000).

¹⁸ PACHECO (2015) apud Mochnacz (2009) propôs que a substituição do termo “vítima de violência”, para mulher em “situação de violência”, pelo fato de que o significado implícito da palavra vítima, que o limita a não se transformar, tirando-lhe sua capacidade de mudança. Concebendo uma visão de que a concepção dualista homem-agressor versus mulher-vítima deveria dar lugar a uma abordagem relacional e dinâmica que possa compreender os vários papéis das mulheres e dos homens mediante um a situação de violência. Disponível em: PACHECO, Leonora Rezende. A prática assistencial na rede de enfrentamento da violência contra as mulheres em Palmas/TO. [thesis]. Goiânia: Faculdade de Enfermagem/UFG; 2015. Mochnacz S. Caracterização do atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica pela rede intersetorial de serviços [monography]. São Paulo: Centro Universitário Ítalo Brasileiro; 2009. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4973/5/Tese%20-%20Leonora%20Rezende%20Pacheco%20-%202015.pdf>.

Sendo essencial citar o conceito de gênero de Scott (1988):

“Gênero é a organização da diferença Sexual. Mas isso não significa que o gênero reflita ou produza diferenças físicas fixas e naturais entre mulheres e homens; mais propriamente, o gênero é o conhecimento que estabelece significados para as diferenças corporais. (...). Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função do nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos”.

Assim, pode-se considerar que as relações de gênero, tais quais são entendidas hoje, foram construídas por meio de ideias sociais e culturais, que indicavam o que era adequado aos homens e às mulheres, ou seja, os papéis sociais. Neste sentido, o gênero é uma forma de se referir às origens sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. As relações sociais entre feminino e masculino possuem por cenário o caráter de gênero, que permeiam todo o processo de construção dos papéis sociais, à medida que estes vão sendo delimitados cultural e socialmente, a partir da ideia da divisão entre os sexos.

Para validar essas identidades subjetivas, discursos tentavam justificar as diferenças sociais entre os sexos com base em fundamentações biológicas, colocando os homens e as mulheres em esferas separadas. O uso do termo gênero rejeita as explicações biológicas que tentam encontrar um denominador comum para diferentes formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm capacidade para dar à luz e de que os homens têm força muscular superior.

Além disso, o termo também rejeita a ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada, e é uma forma de fundamentar a ideia de que a experiência de um sexo tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo.

Pensando na relação de poder direcionada ao corpo e conseqüentemente à sexualidade, se remete a noção de Foucault (1977) sobre o biopoder, e como este se relaciona com a introdução da vida no âmbito das normas e controles.

Apresentando também a noção de dispositivos da sexualidade no marco da produção de saberes institucionais e técnicos, e a partir destes, observou a

consolidação da noção de “sexo” uma unidade fictícia que é postulada por Judith Butler como ideal regulatório, ou matriz de significados, práticas, onde o sentido pode estar referido a biologia dos sexos, anatomia do corpo, desejo e comportamentos associados ao gênero.

Foucault (1997), ao apresentar uma ênfase histórico-cultural, referindo a sexualidade como um dispositivo, ou seja, uma “construção social” substanciada por uma economia de poder, enfatiza:

[...] “não se deve conceber a sexualidade como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. Sendo que a sexualidade pode nomear um dispositivo histórico: a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder”. (FOUCAULT, 1997, p.100).

No debate que envolve temas como sexualidade e seus limites sexuais, Gregori (2008) salienta que há certo deslocamento, e algumas vezes disputas de significados para qualificar práticas sexuais anteriores. Por exemplo, o caso de tolerância em relação ao adultério, prostituição, a pornografia, ao homoerotismo, seguidas de condenação, e até conotação legal de assédio sexual, pedofilia ou turismo sexual. (GREGORI 2008, PISCITELLI, 2004; VIANNA, 2004)

Gregori (2008), e Mackinnon (1980), referenciaram que as relações sexuais são estruturadas por meio da subordinação de tal maneira, que os atos de dominação sexual constituem o significado social do homem e da mulher, assim como, a condição de submissão.

Sabe-se que a cultura e a sociedade exercem um papel que molda a atividade sexual, que podem interferir nas relações de gênero, contribuir com cobranças desnecessárias sobre desempenho, bem como, submeter repressões, principalmente às mulheres.

No livro “A Dominação Masculina”, Bourdieu (1999), concebe a relação entre os gêneros como que ocorre no nível simbólico, que prevalece a ordem masculina de

ver as coisas, utilizando-se da violência simbólica e reproduzindo o *habitus* patriarcal, em que homens e mulheres assimilam como algo natural de conceber o mundo.

Reproduzindo neste sentido, a dominação do masculino sobre o feminino, podendo também ocorrer através da “manipulação inconsciente do corpo”. Neste sentido, as diferenças sexuais são observadas como desigualdades sociais implicadas a partir da dominação, ou seja, há “a socialização entre o biológico e de biologização do social”.

Outra questão a ser considerada são os princípios alicerçados na dominação masculina, inscritos nas estruturas objetivas e subjetivas referentes à “sacralização” da família e o poder conferido à categoria social homens para normatizar, controlar e disciplinar a conduta das mulheres, podendo utilizar diferentes formas de humilhação e privação (SAFFIOTI, 2001). Concomitante, Izumino e Ribeiro (2010), referem que

“pensar as relações de gênero como uma das formas de circulação do poder na sociedade, significa alterar os termos em que se baseiam as relações entre homens e mulheres nas sociedades; implica em considerar essas relações como dinâmicas de poder e não mais como resultado da dominação de homens sobre mulheres, estática polarizada”.

Nessa perspectiva, a violência de gênero não pode ser definida apenas como uma relação de dominação do homem sobre a mulher. A situação de violência conjugal, por exemplo, encerra uma relação de poder muito mais complexa e dinâmica do que a descrita pelo viés da dominação patriarcal. Neste viés, o “inimigo” da mulher não seria o homem, mas a organização social de gênero, que para Saffioti e Almeida (1995), são alimentadas cotidianamente por homens, assim como também por mulheres.

Werba e Strey (2001), enfatiza que a violência de gênero se configura por “ações ou circunstâncias que submetem, unidirecionalmente, física e/ou emocionalmente, visível e/ou invisivelmente as pessoas em função de seu sexo”. Não compreendendo apenas violência contra mulheres, mas a violência sofrida por indivíduos que independente do sexo pertencem ao gênero feminino (SALES, 2014).

Partindo do pressuposto acima, pode-se entender a violência contra a mulher como resultado das relações de gênero, que são marcadas pelo elo de poderes e contra poderes e que estão perpassadas por situações cíclicas e que se inter-relacionam, violando direitos, mulheres, famílias e sociedade, e que, geralmente é seguida de agressão física, sexual, psicológica e econômica, podendo variar de acordo com cada contexto sociocultural e organização social.

Violar o direito do outro é um modo de ação que interfere no contexto social, histórico, e transforma sujeitos em: vítimas ou agressores, fortes ou fracos. Potencializando discursos discriminatórios, que são reproduzidos no cotidiano ao longo da história.

É importante planejar, discutir ações que possam contribuir para a redução da desigualdade de gênero, buscando identificar onde estas desigualdades se manifestam e quais seus impactos. Para assim, implementar políticas públicas relacionadas ao gênero, integradas com outros setores.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Para discutirmos sobre políticas públicas e sua importância no combate da violência contra a mulher, é fundamental tentarmos entender o que é Política Pública, quais suas relações com a sociedade, e como a mesma se efetiva no campo da ação. Trazer essa questão para o debate é lidar com uma temática que ainda não possui conceitos consolidados, mas por nos últimos tempos ter tornando-se objeto de pesquisa, que vem contribuindo significativamente para a tomada de decisões diante de acontecimentos que ampliam o caos social em alguns grupos ou setores.

Desse modo, há várias ideias que buscam conceituar o que seja Política Pública. Alguns a definem como uma forma de poder político sobre o homem, e outros, enquanto orientações que dão base às decisões e às ações em um determinado contexto social. Porém, podemos alinhar essas duas ideias e conceituar a política pública como um processo político e também social, que busca através da governança, implantar e implementar ações que contribuam para a

solução de problemas que se encontram presentes em certos espaços, grupos sociais, etc.

Seguindo esse pensamento, conforme Brancalion (2015¹⁹):

(...) uma Política Pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Ela pode ser uma orientação à atividade ou passividade de alguém, o que decorrer dessas orientações também faz parte da política pública. (p.02)

Ainda tendo por base Brancalion (2015), a Política Pública alicerça-se em dois elementos fundamentais. São eles: intenções públicas, que é a motivação que possibilita estabelecer a decisão e ação para solucionar um problema apresentado; e o problema público, que é o estudo da realidade atual (a autora denomina como *status quo*) e como essa realidade pode ser (re)construída.

É importante destacar que antes de alcançar esse estágio, o problema precisa tornar-se pauta da agenda do governo, ou seja, o governo reconhecer que o problema apresentado é de ordem e responsabilidade pública. Assim, passa a se formular políticas públicas com a finalidade de solucionar o que se configura enquanto uma problemática social, seja no campo da Educação, Saúde, Assistência Social, Economia, Justiça.

Por sua vez, as políticas públicas em maior proporção geralmente atuam nos grupos sociais que historicamente foram excluídos, como os indígenas, os negros, os homossexuais, as mulheres, etc. Ou seja, ao se pensar na (re) construção de ações voltadas para o alcance do bem – social, busca-se definir ações para reparar danos efetivados contra uma determinada parcela da população.

Vale ressaltar que a promoção de políticas públicas geralmente é marcada pela luta dos movimentos sociais, como o objetivo de pressionar o governo a tomar decisões em prol de uma determinada demanda social. Portanto, para pensar em política pública voltada para a mulher, primeiramente é necessário refletirmos que a mulher se encontra integrada em uma sociedade baseada na figura patriarcal e no

¹⁹ BRANCALEON, B.B. **Políticas públicas conceitos básicos**. Universidade de São Paulo. Faculdade de economia, Administração e contabilidade de Ribeirão Preto, abril. 2015.

machismo, a qual historicamente a tratou como um “objeto” do homem, “incapaz” de decidir e agir com liberdade, por isso um “ser sem direitos”.

A articulação entre setores e os movimentos de mulheres se tornou um elemento importante na formulação de políticas públicas, principalmente envolvendo a perspectiva de gênero. A partir dos anos 90 o movimento feminista no Brasil intensificou sua participação nas reuniões internacionais e nas conferências, articulando com outros movimentos de mulheres de outros países.

Marcos importantes como as conferências e convenções nacionais e internacionais relacionadas a mulher, se constituíram como elementos inquestionáveis nesse processo de desenvolvimento de políticas públicas e legislações no Brasil. Como por exemplo, a já citada Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, a conferência do México em 1945, a conferência de Nairóbi em 1985, conferência Mundial sobre a mulher, realizada em Pequim em 1995 (intitulada de ação para a igualdade, o desenvolvimento e a paz). O Brasil teve uma participação ativa nessa conferência, que resultou em benefícios como a manutenção de diálogo entre sociedade civil e Governo, e interação construtiva com parlamentares e representantes de conselhos sobre a condição da mulher.

A primeira experiência de implementação de política pública no combate a violência contra as mulheres no Brasil foi as Delegacias de defesa da mulher (DDM) criada em 1985 em São Paulo, passaram a dar visibilidade aos problemas da violência contra a mulher, posteriormente foi denominada Delegacia Especializada no atendimento as mulheres (DEAMs). Em 2000, as DEAMs começaram a atuar na aplicação da Lei Maria da Penha.

Em 2002, foi autorizado pelo poder executivo através da Lei nº 10.714, em âmbito nacional, a Central de atendimento à mulher através do número telefônico 180, a fim de acolher demandas de violência contra a mulher. Tendo funcionamento pleno dois anos após ser autorizada, vinculada à secretaria de política para as mulheres (SPM) e o Ministério da saúde, recebendo a maioria das denúncias relacionada a violência doméstica e familiar (serviço que foi estendido para brasileiras que vivem no exterior).

Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram fortalecidas, por meio da elaboração de conceitos, diretrizes, normas e da definição de ações estratégicas de gestão e monitoramento relativas à temática (PASINATO, 2015; BRASIL, 2011).

Em 2004 foi criada a Política Nacional de enfrentamento a violência contra a mulher (PNPM) tendo como objetivo a criação de uma política Nacional, que se encontra relacionada à Lei 11.340\ 2006, a Lei Maria da penha.²⁰ Neste mesmo ano, outra conquista no âmbito do enfrentamento da violência é a portaria de GM\MS nº 936\2004 o Ministério da saúde (MS) iniciou a estruturação da Rede Nacional de Prevenção a Violência e promoção da saúde.

No âmbito sobre a legislação de combate à violência doméstica e familiar, Oliveira (2014), resgata reflexões e ideias sobre a condição feminina e o papel da mulher na sociedade, que se relacionam às lutas das mulheres contra a violência.

Elencada a sanção da Lei Maria da Penha, surge a Política Nacional de Abrigamento, que segundo as Diretrizes Nacionais de Abrigamento às Mulheres em situação de violência, constitui-se uma proposta que apresenta alternativas para essas mulheres se sentirem acolhidas e protegidas.

Conforme documento produzido pela Secretaria de Política para Mulheres SPM (2011), os princípios que norteiam essas diretrizes estão fundamentas na igualdade e respeito a diversidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social e participação e controle social. Portanto, as mulheres que sofreram ou sofrem qualquer forma de violência, além de serem acolhidas em um abrigo, possui o direito de terem atendimento especializado alinhado à segurança pública. É dessa forma que se constroem possibilidades de garantia e cumprimento do que é proposto pelas políticas de proteção as mulheres violentadas.

²⁰ Disponível em: (<http://www.compromissoeatitude.org.br/politicas-publicas-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>)

Outro aspecto abordado no documento produzido pela SPM (2011) são as formas do abrigo, que são as casas-abrigos, que atendem apenas as mulheres em situações de graves ameaças, o que conseqüentemente não contempla os demais casos de violências. Assim, a fim de expandir o atendimento às diversas demandas que compõe as necessidades das mulheres violentadas, a Secretaria de Políticas para as Mulheres vê como uma alternativa os abrigamentos que preste esse serviço através dos consórcios públicos, (que se baseia na Lei 11.107 de 6 de abril de 2005). Ressaltamos que desde 2007 a SPM vem incentivando essa política.

No âmbito sobre a legislação de combate a violência doméstica e familiar, Oliveira (2014) resgata reflexões e ideias sobre a condição feminina e o papel da mulher na sociedade, que se relacionam às lutas das mulheres contra a violência. A partir desse processo das ações dos movimentos feministas e de mulheres na denúncia contra este tipo de violência, se insere as ações de enfrentamento a violência doméstica e familiar a partir da criação da Lei Maria da Penha em 2006.

Nesse contexto, as pesquisas sobre violência contra as mulheres passam a enfatizar uma preocupação com a ampliação dos direitos humanos das mulheres e o exercício de sua cidadania no âmbito das instituições públicas, principalmente na esfera da Justiça. Desde a Constituição, houve avanços nos direitos das mulheres no Brasil, mas ainda persiste o grave problema da violência de gênero.

Em 2013 foi lançado o programa “Mulher, viver sem violência” que foi transformado em programa de governo sob o decreto de nº 8.086, tendo o objetivo de ampliar e integrar os serviços públicos articulados a atendimento especializados de mulheres vítimas de violência.

Em detrimento a medidas de proteção em março de 2015, foi sancionada a lei 13.104/2015, Lei de Femicídio²¹, classificando como crime hediondo e com

²¹A lei 13.104/15 foi sancionada em 09 de março de 2015 que altera o código penal e criou um tipo penal: “Femicídio” referindo aos crimes praticados contra as mulheres, pelo fato de serem mulheres, incluídos no rol dos crimes hediondos. Verificar em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13104-9-marco-2015-780225-publicacaooriginal-146279-pl.html>

agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença de filhos, etc.).

O avanço das políticas públicas tem sido fundamental na promoção da justiça social e melhoria da qualidade de vida das pessoas, principalmente no que tange a prisma do coletivo, no entanto, ainda é vigente a necessidade de se construir novos paradigmas, desconstruir o imaginário da violência em torno do que se refere à violência contra as mulheres. (RITT; RITT, 2014).

No Brasil ainda existe uma necessidade de se efetivarem e garantirem melhores condições dos serviços de enfrentamento a violência existentes. No que tange políticas para mulheres: o trabalho em rede, a comunicação intersetorial, a precariedade dos serviços em consonância com as dificuldades em ter acesso às políticas públicas como um direito, repercutem na desvalorização e desmerecimento dos serviços públicos.

Ainda se percebe fragilidades no que tange a políticas voltadas às mulheres havendo lacunas nas políticas públicas, principalmente no que refere o cuidado as mulheres negras, Trans., lésbicas, indígenas etc., que são revitimidadas cotidianamente e continuam na luta por garantia de implementação e sustentabilidade de políticas públicas.

Assim, como ausência de políticas públicas que estejam relacionadas ao atendimento para aqueles que cometem atos de agressões contra as mulheres. Apenas observamos a punição como uma alternativa para o agressor; assunto que necessita de atenção e estudos para que a violência não continue em um ciclo.

Importante observar como a violência contra a mulher se estrutura em meio a crenças, justificadas através do machismo, que ver a mulher como vítima, restando-lhe afastar-se do seu meio social e familiar como meio de proteção (quando conseguem realizar a denúncia). Cabendo ao homem que agrediu o encarceramento como punição pelo ato (quando são julgados). Neste viés um sistema que não é efetivo, mais que reproduz a própria violência.

Sendo notório como as políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher, mesmo as implantadas no país, ainda encontram sem efetivação em muitos locais, inclusive nas periferias das cidades, e interiores dos Estados Brasileiros.

3.1 Dados sobre a violência contra a mulher no interior da Bahia

A violência contra a mulher tem sido atribuída à desigualdade de gênero, assim como um problema de saúde pública, por afetar aspectos biopsicossociais da vítima, e possui uma prevalência entre as relações conjugais. Os dados deste fenômeno são alarmantes.

Dados da Secretaria de Segurança pública do Estado da Bahia apontam que entre janeiro até maio de 2017, foram registrados 15.751 casos de violência contra a mulher, deste total referencia-se que a maioria possui mais de 18 anos, e ainda cita 111 homicídios dolosos (quando há a intenção de matar). Situando o número das ocorrências são 17 casos em Salvador, 14 em cidades de região metropolitana e 80 no interior, sendo um total de 158 casos de estupro (sendo 34 em Salvador, 9 na Região metropolitana e 115 nas cidades do interior).

Oliveira et al (2012), aponta que a violência contra as mulheres vem se repetindo na região do recôncavo, apontando que a faixa etária varia entre 21-40 anos, sendo estas as que mais sofrem violência, onde somam 58% do total da pesquisa.

Comparando aos dados da pesquisa do mapa de violência (2012), aponta que a faixa etária refere que a maioria das mulheres assassinadas entre 2000 e 2010 no Brasil foi de 15- 29 anos, com predomínio para 20-29 anos, ou seja, em ambas as pesquisas apontam que a maioria das mulheres que sofrem violência são jovens. Já o mapa de violência (2015) aponta que a Bahia ocupa a 5ª posição no que refere ao índice da violência.

Concomitante dados da Secretaria de Segurança Pública BA, sinaliza 5.201 casos de lesões corporais, sendo 1522 na capital, 414 na região metropolitana e 3265 no interior, ainda refere que ocorrera 10.149 ameaças (2.327 em Salvador, 851

na região metropolitana e 6.971 em cidades do interior do estado). Observando um aumento significativo da violência contra as mulheres

Noronha e Almeida (2012) referem que no vasto território da Bahia, dos 417 municípios, em 403 não há estrutura especializada para as mulheres em situação de violência. Atribuindo a distribuição desigual das unidades policiais especializadas em todo o território.

Neste sentido, dando um recorte às cidades do interior, observa-se um elevado índice de casos de violência contra a mulher e cabe citar que, no que tange a rede de atendimento especializado no enfrentamento a violência no interior, conta-se com poucas delegacias especializadas nos atendimentos, sendo que das 15 no estado, estão situadas: Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Juazeiro, Senhor do Bonfim, Alagoinhas e Paulo Afonso. Cabe referir que os locais que não possuem DEAMS os registros e investigações são realizados em delegacias do território.

Neste viés, as cidades situadas no Recôncavo não possuem nenhuma delegacia especializada e cabe os registros ocorrerem nas delegacias locais, e devem contar com uma rede de atendimento e enfrentamento para que medidas de proteção, acolhimento sejam uma estratégia na resolução ou investigação dos casos de violência.

É relevante apontar a rede de atendimento e enfrentamento do Recôncavo: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Núcleo de apoio à saúde da família (NASF), Centro de Referência no atendimento às mulheres (CRAM) nos municípios de Cruz das Almas e Maragogipe, Promotoria, conselhos municipais, serviço de Atendimento Especializado (SAE) ²²

No entanto, nem todos os municípios contam com todos os serviços citados, pois, há condições para que a implantação ocorra, como por exemplo: porte do

²² Um serviço ambulatorial a nível regional composto por uma equipe multidisciplinar como médico infectologista, Enfermeiro, Psicólogo e Farmacêutico, destinado a atender pessoas infectadas por DSTs ou AIDS, localizado no município de Cruz das Almas - Ba desde 2014, podendo ser acionado nos casos de violência sexual e as vítimas devem serem encaminhadas a este serviço, a fim de que medidas de cuidados sejam rapidamente tomadas como uso de antirretrovirais (considera como uma abordagem de emergência que de ser aplicada em tempo hábil entre duas a 72 horas após a agressão).

município, parâmetros e referências exigidos pelas portarias e normas de cada programa.

Dados que revelam a necessidade de implantação e efetivação das políticas públicas relacionada ao gênero, em consonância com as legislações e redes de atenção, que possam atender as necessidades dos municípios no que refere o enfrentamento da violência contra a mulher.

3.2 Violência contra as mulheres e o que mudou com a Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha foi sancionada em 2006 sob a Lei nº1134, que altera o código penal e busca propiciar muito mais rigor das punições para esse tipo de crime. Essa lei desenvolveu mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, nos termos do art.º 226 da Constituição Federal, da convenção de eliminação de todas as formas de discriminação e da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres, dispondo sobre a criação dos juizados especiais de violência doméstica e familiar previsto na lei, assim como, as políticas públicas das esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal (WAISELFISZ, 2015).

Pasinato (2007), refere que com esta lei ganhou-se visibilidade e relevância a importância social e política da nova legislação, inaugurando um novo contexto jurídico para o enfrentamento da violência doméstica e familiar. Para a autora esta lei foi divulgada como “a lei mais severa”, por propiciar muito mais do que punição aos agressores de mulheres, assim suas ações e medidas previstas em seu artigo são de caráter multidisciplinar e necessitam, para sua aplicação, de maior entrosamento entre o poder judiciário. A lei apresenta três eixos de intervenção, sendo o primeiro da punição, o segundo encontram-se as medidas protetivas da integridade física e dos direitos da mulher, e o terceiro são as medidas de prevenção e de educação (OLIVEIRA, 2014).

A autora ainda cita que com a aprovação da Lei Maria da Penha o Brasil passou a ser o 18º país nas regiões da América e Caribe a ter uma legislação específica para o combate da violência doméstica e familiar. No entanto, há

diferenciação no que tange a aplicabilidade da lei entre os outros países, em que a lei privilegia esse combate, estabelecendo a proteção a todos os membros da família, já no Brasil a lei colocou ênfase sobre a proteção dos direitos das mulheres (PASINATO, 2007).

Desde a nova Constituição, houve avanços nos direitos das mulheres no Brasil, mas ainda persiste o grave problema da violência de gênero. Reformulações no campo jurídico foram sendo impostas através de números alarmantes de violação de direitos contra as mulheres. Segundo um estudo realizado na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso), avaliou 83 países, e constatou que no Brasil, entre 1980 e 2013 foram vítimas de assassinato. Foram 106.093 mulheres, sendo 4.762 só em 2013. Temos como advento de mudança neste contexto, a Lei Maria da Penha, por se constituir em legislação específica de combate à violência doméstica e familiar (Lei Maria da Penha, 2016,pg.7).

Antes da promulgação da Lei Maria da Penha, não havia amparo legal para coibir as agressões contra as mulheres por parceiros, ex-parceiros e semelhantes. Porém, ameaças e espancamentos de mulheres, entendidas como “crimes de menor potencial ofensivo”, eram resolvidos nos juizados especiais cíveis e criminais, sem levar em conta a complexidade desse tipo de crime. Com a Lei Maria da Penha, foram criados os juizados especiais com foro privilegiado para julgar estes crimes. (LEI MARIA DA PENHA, 2016. PG.15).

Ainda é notório o descaso e resistências à efetivação das leis, por parte de diversos segmentos, com destaque para os que deveriam promover efetivar sua aplicação. Entretanto, parte dos juízes por vezes julgaram casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres sem considerarem a Lei em vigor, havendo deste modo discrepâncias nos julgamentos, sendo necessário recorrer ao Superior Tribunal Federal (STF) onde por unanimidade afirmou sua constitucionalidade em nove de fevereiro de 2012, reforçando os mecanismos previstos de proteção aos direitos das mulheres. (Lei Maria da Penha, 2016. Pg.17).

Para Durkheim (1999), é por meio do sistema jurídico que reconhecemos o modelo de organização de uma determinada sociedade, e, por conseguinte os tipos de solidariedade existentes que favorecem a coesão social. Ele refere-se à

sociedade como uma autoridade moral, dotada de consciência coletiva, sendo essa a obrigação moral que une o indivíduo à sociedade por meio de suas normas e seus mecanismos de controle. Assim, espera-se que nenhum indivíduo venha a transgredir os valores sociais, e os autores desviantes seriam os não socializados, ou seja, aqueles que não internalizaram a moral preponderante. (CORTÊS,2008).

No viés de violência contra a mulher, o agressor é aquele que é considerado pela sociedade como o provedor da família, que patriarcalmente mantém o poder sobre a casa, mulher e filhos e logo não poderia ser visto como aquele que desvia valores sociais, mas, como o que mantém o sustento possuindo direitos sobre esta. Weber aborda que a ordem jurídica influencia na distribuição do poder, significando que assegura a prevalência das leis, como poder a determinadas classes ou categorias sociais quando se retira o poder, no seio de uma determinada comunidade. Fazendo assim referência a uma lei que restringe o poder do homem sobre a mulher (sobre o corpo feminino), estaria redistribuindo em tese, poder em favor das mulheres.

Segundo Cavalcanti (2010) deve-se requerer dos Estados à obrigação de atuar na sociedade para assegurar a igualdade real dos cidadãos, por meio da criação de programas e ações, visando à implementação de políticas públicas eficazes. O estado deve estar juridicamente comprometido a proteger a família, assim como, cumprir com sua função preventiva no que refere à prática da violência doméstica, redimensionando o problema sob a ótica dos direitos humanos fundamentais. No entanto, sabe-se que muitas são as limitações para que de fato se efetive não só a prevenção, como a promoção e aplicabilidade de leis. (SOUZA ,2013).

Para Corrêa (2011), o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar deve ser realizado de forma articulada entre as autoridades e agentes públicos, encaminhando as vítimas a programas assistenciais de governo, compostos por uma equipe multiprofissional para atuação em rede social e na reflexão e construção coletiva de soluções a cada caso emergente das situações de violência doméstica e familiar, além de acesso a benefícios.

Nessa perspectiva, a formação, sensibilização e capacitação dos/as agentes públicos/as dirigidas às transformações socioculturais não devem distanciar-se dos

interesses coletivos feministas e, assim, manterem-se comprometidas com a construção de novos saberes e práticas. A coibição, a prevenção e o atendimento à violência de gênero exigem reflexões e atuações multissetoriais e multidisciplinares, que incidam diretamente na estrutura e conjuntura do fenômeno, organizador da nossa realidade social de maneira tão desigual e violenta às mulheres.

Embora a Lei Maria da Penha traga contribuições no campo da violência, ainda por si só não representa o usufruto automático da proteção e o asseguramento dos direitos. A lei pode viabilizar uma possibilidade de monitoramento, de cobrança para garantir seu cumprimento, deixando as vítimas mais confiantes no acolhimento e na realização da justiça (PASINATO, 2007).

Ainda é notório o descaso e resistências à efetivação das leis, por parte de diversos segmentos, com destaque para os que deveriam promover efetivar sua aplicação. Entretanto parte dos juízes por vezes julgaram casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres sem considerarem as leis existentes, havendo deste modo diferenças nos julgamentos. Sendo necessário recorrer ao Superior Tribunal Federal (STF) onde por unanimidade afirmou sua constitucionalidade em 09 de fevereiro de 2012, reforçando os mecanismos previstos de proteção aos direitos das mulheres. (Lei Maria da Penha, 2016. Pg.17).

Mesmo com advento da Lei Maria da penha, há aumento no que tange a violência contra as mulheres. Sendo importante ressaltar que as leis por si só não dariam conta de assegurar a aplicabilidade das medidas protetivas, o acolhimento, empoderamento das vítimas da violência, e direcionamento sobre seus questionamentos. Neste sentido surgem às redes de atendimento, como um suporte na atenção as mulheres, cujo direitos foram violados.

3.3 AS REDES DE ATENÇÃO: UM ELO DE COMUNICAÇÃO NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.

Surgindo neste contexto, na segunda metade da década de 90, para atuarem no campo da violência, os órgãos institucionais que integram as redes de atendimentos às mulheres, considerados dispositivos sociais como por exemplo: os extintos S.O.S violência, as delegacias de atendimentos as mulheres (DEAMs), os Centros de referência de atendimentos as mulheres e as Casas abrigos, programas

de referência, ONGS, seguidos de alteração das leis associadas a violência contra a mulher.

Dutra define que as redes funcionam como uma trama de relações, que envolvem atores, que devem manter frequentemente comunicação, estabelecer fluxos que possam movimentar a rede. Ainda refere que: “o objetivo e o fato das comunicações serem simétrica ou assimétrica, são aspectos estudados para a compreensão das redes como um dispositivo de trocas e interações entre os atores.” (SOUZA et al., 2009).

O trabalho em rede é uma proposta que está baseada na troca de práticas e saberes entre vários setores, e agregam valores importantes a partir do modo que se organizam, possibilitando identificar conflitos, estratégias de resolução baseadas em prevenção e promoção de cuidado aos que demandam atenção. Seja através dos fluxos de atendimento ou encaminhamentos, compartilhamento de saberes, tendo como objetivo dar efetividade as ações propostas.

Para Costa (2004), a integralidade se constitui desde seu processo de formulação de políticas públicas realizadas através do Estado até a produção das ações e integração entre diferentes instituições que prestam serviços de prevenção, promoção e proteção ao indivíduo.

A Integralidade é um termo que advém dos princípios do Sistema único de saúde (SUS), que contempla o indivíduo em todos os níveis de atenção, considerando-o sujeito inserido no contexto sócio familiar e cultural. Contudo, a atenção integral ocorre individualmente como coletivamente, evidenciando as necessidades de articulação entre a equipe multiprofissional (Souza et al., 2012).

Assim, para haver uma integração entre os profissionais que atuam nos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, é crucial a ética profissional ser mantida. Respeitando e acolhendo a condição de vulnerabilidade que as vítimas chegam aos serviços, suas necessidades, percepções das atendidas sobre a violência, a relação afetiva que mantém com o agressor. No entanto, cabe à equipe acolher, e desenvolver ações de enfrentamento e intervenções necessárias para o processo de enfrentamento da violência contra a mulher.

Segundo Medeiros e Guareschi (2009), para realizar intervenções sobre a violência contra a mulher é importante salientar que, torna-se imprescindível os profissionais terem conhecimentos acerca da complexidade deste fenômeno, tornando favorável a identificação e estratégias de enfrentamento da violência.

Realizar os devidos encaminhamentos dos casos ainda se apresenta como uma dificuldade para os profissionais, e muitos casos superam a capacidade de resolução de um único serviço. Podendo estar relacionado à ausência de serviços especializados naquela localidade, contando apenas com serviços de prevenção. Um exemplo são os municípios de pequeno e médio porte, que funcionam com uma rede mínima que muitas vezes se esbarram nas fragilidades encontradas nos serviços públicos, assim como na ausência de políticas públicas efetivas no que tange o enfrentamento da violência.

Para Corrêa (2011), o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar deve ser realizado de forma articulada entre as autoridades e agentes públicos, encaminhando as vítimas a programas assistenciais de governo, compostos por uma equipe multiprofissional para atuação em rede social e na reflexão e construção coletiva de soluções a cada caso emergente das situações de violência doméstica e familiar, além de acesso a benefícios.

Nessa perspectiva, a formação, sensibilização e capacitação dos/as agentes públicos/as dirigidas às transformações socioculturais não devem distanciar-se dos interesses coletivos feministas e, assim, manterem-se comprometidas com a construção de novos saberes e práticas. A coibição, a prevenção e o atendimento à violência de gênero exigem reflexões e atuações multisetoriais e multidisciplinares, que incidam diretamente na estrutura e conjuntura do fenômeno, organizador da nossa realidade social de maneira tão desigual e violenta às mulheres.

Importante salientar que no viés da violência contra a mulher as redes existentes são as de enfrentamento, atendimento e as sociais, cabendo aqui especificá-las. Por Silva (2016), a rede de enfrentamento a violência contra a mulher é formada pelos órgãos governamentais e não governamentais que realizam sua atuação em consonância com a comunidade para construção de medidas de prevenção a violência e o empoderamento das mulheres.

Neste viés, assumem a responsabilidade de prestar assistência a mulher a fim de garantir medidas prevenção e proteção. Uma rede que formula, fiscaliza e executam as políticas direcionadas as mulheres, entre estas estão: ONGS, movimentos de mulheres, conselhos, núcleos de enfrentamento, instituições superiores, órgãos Federais, estaduais e municipais.

A rede de enfrentamento envolve a rede de atendimento, mas, cabe diferenciar que a primeira é mais ampla, pois, além de envolver, combater e prevenir e busca dar assistência às mulheres em situação de violência, já a segunda se limita ao atendimento e acolhimento as vítimas de violência podendo ser serviços especializados como no caso os CRAMs (Centro de Referência no atendimento à mulher), CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), NAM (Núcleos de Atendimento as mulheres), Casa abrigo, promotoria, Núcleos da Mulher nas defensorias, central de atendimento 180, e os que não são especializados: como CRAS, Unidades de saúde da família, Delegacias comuns etc. (SILVA ,BRASIL, 2011)²³.

A rede de atendimento esta referida ao conjunto de ações e serviços de setores que mesmo funcionando em diferentes espaços, tendem a se comunicarem a fim de formarem e se fortalecerem e ampliarem, garantindo atendimento, encaminhamento de qualidade as vítimas de violência, como no caso dos serviços compostos na assistência social, saúde, justiça, segurança pública que estão intersetorialmente interligadas para manterem o bom funcionamento da rede. Logo, as instituições e os profissionais têm um papel importante para que as mulheres saiam do ciclo da violência, e possam se ressignificar no meio social e familiar.

No âmbito da Política Nacional, possui um incentivo à formação das redes de atendimento as mulheres em situação de violência, de modo a oferecer-lhe atendimento integral, no que tange os aspectos jurídicos, psicológico e social.

²³ Silva, Amanda Alves da: A atuação das redes sociais no enfrentamento da violência conjugal contra as mulheres: um estudo nas cidades de Cachoeira e São Félix – Bahia / Amanda Alves da Silva. – 2016 ver em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23972/1/AMANDA%20ALVES%20DA%20SILVA%20DISSERTA%C3%87%C3%83O.pdf>

Preconizando que as ações governamentais têm avançado para uma atuação ampla, que abrange: “a criação de normas e padrões de atendimento; o incentivo à constituição de redes de serviços; e a ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública”. (BRASIL, 2011).

Ainda encontra-se previsto na Política Nacional o fortalecimento da rede de atendimento, que constitui como um dos eixos prioritários do pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres, que foi lançado na II conferência Nacional de políticas para as mulheres. (BRASIL, 2011).

Na rede de atendimento os serviços são compostos por profissionais de diferentes áreas, sendo preconizado através de portarias ministeriais, que define a organização das redes e a composição de cada equipe e geralmente estão inseridos os profissionais de Psicologia, Direito, serviço social e a depender do serviço os profissionais de saúde e educação.

É importante referenciar a criação do guia de serviços de atenção a pessoas em situação de violência²⁴, um material que oferece informações essenciais sobre a rede de atendimento, destinado aos profissionais informando sobre a organização dos serviços em quatro áreas a saber: policial, jurídica, psicossocial e da saúde.

Considerando que as atenções policiais se constituem como um serviço em que a mulher busca proteção e justiça, estando representada pelas delegacias. Sendo composta por serviços que estão responsáveis por receber denúncias de infrações ou delitos, bem como exercer ações preventivas, tendo o objetivo de conter e ou “penalizar”, os autores de ações violentas. (Menezes, Paulo et al, 2014)

Seguida da atenção jurídica, a medida que dará seguimento a apuração dos fatos, das infrações e delitos ocorridos, sendo responsável por esclarecer, informar e garantir direitos aos cidadãos, no que refere a violência contra as mulheres a garantia e aplicação das medidas protetivas são requeridas na atenção jurídica. (Menezes, Paulo et al, 2014).

²⁴ O Guia tem por objetivo facilitar a identificação e localização de serviços de atenção a pessoas em situação de violência na cidade do Salvador Bahia. Disponível em: <<http://www.fccv.ufba.br/rede/docs/guia.pdf>>. Acesso em: 20 janeiro 2018.

A atenção psicossocial realizada entre os profissionais de Psicologia e Serviço social que atuam nos serviços de atendimento e possuem atribuições específicas de suas áreas, porém realizam um trabalho conjunto no que tange acolhimento, desenvolvimento de estratégias na resolução de casos que demandam intervenções individuais, familiar ou intersetoriais, elaboração de projetos terapêuticos, educação permanente (como as palestras), etc.

Na atenção à saúde, o trabalho é realizado com base na prevenção, diagnóstico e tratamento dos danos físicos e ou psíquicos que foram ocasionados por meio da violência (Aguiar e col., 2002), sendo representadas através das unidades de saúde, hospitais, unidades de pronto atendimento, Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF), serviços de atenção a pessoas vítimas de violência sexual, etc.

No entanto, o outro tipo de rede considerado como crucial no enfrentamento da violência é referido como rede social,²⁵ aquela que é composta por pessoas\agentes que se relacionam e dão apoio, possuindo um enfoque nos vínculos e as trocas entre os envolvidos, corroborando para desenvolver além de apoio, conhecimento sobre a situação da violência.

A rede social é definida por Dutra (2013) como:

“Rede social é definida como a trama de relações que envolvem os sujeitos, sejam pessoas, instituições ou movimentos sociais, considerados atores. Seu número e suas características, a frequência com que mantém contato e o tipo de contato estabelecido, assim como os fluxos que movimentam a rede, o objetivo que os determina e o fato destas ligações serem simétricas ou assimétricas, são os principais aspectos estudados na compreensão das redes enquanto dispositivos sociais de trocas e interações de sujeitos e grupos. Nesta perspectiva, análise das redes se dá a partir de seus aspectos formais, como a densidade das relações e a reciprocidade, entendendo-se que são as regularidades ou padrões de interação que moldam a estrutura da rede, podendo ser

²⁵ o conceito de rede social foi utilizada no séc. XX através do antropólogo Radcliffe- Brown, utilizou o conceito baseando-se na estrutura social como principal objeto de estudo, neste sentido referia que a observação direta dos indivíduos na sociedade não revela o pesquisador a rede de relações sociais. Referia estrutura social como a rede de relações sociais, onde todas as relações entre as pessoas estão inseridas. Ver em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23972>

constituída por sujeitos: familiares, parentes vizinhos, colegas, reconhecidos como escola, serviços de saúde, ONGs”.

No entanto, para analisar a rede é necessário compreender como seu fluxo se movimenta, a partir de quais vínculos foram estabelecidos. Neste sentido, Dutra (2013) e colaboradores referem que: “os principais aspectos estudados na rede social são os números e características, frequência da relação e o tipo de contato estabelecido e os objetivos que o determinam”.

Ao pensar que a rede possibilita o desenvolvimento de ligações entre os fluxos de atendimento e encaminhamento, é necessário apontar para que seu funcionamento ocorra com qualidade é importante que as redes estejam conectadas e fortalecidas, integralizadas. Com isso, é crucial entender como funcionam, qual o perfil das demandas a serem acolhidas, a fim de direcionar para o local devido às mulheres em situação de violência e quando necessário seus familiares.

Dessa maneira, evitado que as vítimas percorram muitos caminhos até chegarem ao serviço específico, e neste viés, a comunicação entre a rede permite que seus recursos disponíveis estejam acessíveis e venham favorecer seu funcionamento, podendo gerar confiança as pessoas que buscam o serviço. Assim, D’Oliveira (2009) refere que, poderá vir ampliar a visão das mulheres sobre o problema da violência como algo que não é de ordem isolada, mas um problema coletivo, social.

Neste sentido a comunicação Intersetorial é fundamental para o funcionamento adequado tanto dos encaminhamentos quanto da busca das vítimas pelo serviço. A intersetorialidade está intrinsecamente ligada à noção de rede, por visualizar a integração de cada indivíduo envolvido neste processo, sendo contraria a setorização²⁶.

Para Inojosa (2001), a intersetorialidade pode ser compreendida como:

²⁶ Kunzler G, DETONI: os caminhos da penha: redes de proteção as mulheres em situação de violência. Centro de ciências jurídicas Universidade Federal da Paraíba. V.5 nº01 ano 2016. Disponível em: ISSN | 2179-7137 | <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/index>

“A articulação de saberes e experiências que visam um planejamento para a realização e avaliação de políticas públicas, programas e projetos, como o objetivo de alcançar resultados simultâneos em situações complexas.”

Concomitante, Dias (2012) ressalta que o funcionamento adequado das redes depende muito dos relacionamentos interpessoais entre os profissionais, mais do que as questões formais dos encaminhamentos. Enfatizando a necessidade de reuniões e fortalecimento entre setores.

4. ANÁLISE DAS EXPECTATIVAS DAS MULHERES EM FACE AS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO REALIZADAS NO CENTRO DE REFERENCIA DE ATENDIMENTO A MULHER CRAM.

Como as mulheres vítimas de violência doméstica percebem a experiência da violência doméstica a partir do atendimento, E como estas mulheres percebem as atividades de proteção realizadas pelo Centro? Esta é a questão que norteia a pesquisa empírica, pela qual se torna útil um método qualitativo de investigação que será detalhado a seguir. Neste capítulo será detalhado a metodologia adotada neste estudo, que foi utilizada para a fase exploratória, em seguida serão apresentados os achados da pesquisa através da análise das entrevistas que foram realizadas, com o objetivo de responder à questão acima referida.

4.1 Metodologia: métodos e técnicas

Na perspectiva de responder ao problema formulado foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica, em seguida, para a construção do corpus empírico foram realizadas entrevistas com mulheres vítimas de violência, assistidas pelo Centro de Referência e atendimento a mulheres Maria Joaquina, mantido pela Prefeitura Municipal de Cruz das Almas-BA. A amostra foi construída somente com mulheres vítimas de violência doméstica (violência ocorrida no âmbito doméstico). Para esta pesquisa foi utilizada a metodologia qualitativa, o objetivo principal da pesquisa

qualitativa é a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou até mesmo o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1987). Outro objetivo importante são as relações entre as variáveis analisadas e levantar hipótese ou possibilidades para explicar essas relações (DIAS, 2002).

A pesquisa qualitativa apresenta uma possibilidade característica em considerar as experiências individuais e os contextos em que estão sendo vivenciados e relatados, assim como, a posição do pesquisador ao observar ou interagir com estas experiências. Strauss e Corbin (2006) refere que “a pesquisa qualitativa é qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou por outros meios de quantificação”. A pesquisa poderá estar referida sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, etc.

Os métodos qualitativos podem ser usados para explorar áreas substanciais de conteúdo pouco ou muito explorados a fim de ganhar mais conhecimentos, além disto os métodos podem ser utilizados para obter detalhes relacionados a conteúdos subjetivo que envolve fenômenos como emoções, sentimentos, pensamentos que são difíceis de extrair (Strauss e Corbin, 2006) e que estão intrinsicamente relacionados a temática desta pesquisa.

Por muito tempo as pesquisas eram pautadas pelo método quantitativo, o qual era considerado um método eficaz, atribuindo-lhe cientificidade, sendo que o método qualitativo forma mais utilizados a partir do século XX pelos cientistas sociais, que buscaram estabelecer uma reconciliação entre as duas correntes.

Novas concepções no sentido de que o método mais eficaz é aquele que melhor contribui para a compreensão de cada problema de pesquisa, sendo assim, não existe método melhor ou pior, mas sim aquele mais adequado ao que se pretende pesquisar. Neste sentido, Cortes (1998, p. 14) refere que a “principal diretriz para guiar uma investigação é o problema de pesquisa que emerge principalmente da curiosidade científica do pesquisador, sobre a luz das teorias dos campos de conhecimento que ele se propõe a estudar. ”

O problema posto conduziu a uma pesquisa de caráter exploratório, que buscou desvendar racionalidades das vítimas de violência doméstica. A entrevista

revelou-se a principal forma de obtenção das informações que dizem respeito às expectativas das mulheres em situação de violência doméstica.

4.2 Universo de pesquisa: situando o centro de referência da mulher Maria Joaquina no enfrentamento da violência contra a mulher

O presente estudo foi realizado no Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina, no município de Cruz das Almas- BA. (Figura 2) O município está localizado no recôncavo sul da Bahia, dentro do Bioma Mata Atlântico, é considerado como um município de médio porte tem 64.932 habitantes distribuídos em uma área geográfica de 146KM². Sua principal fonte de renda encontra-se na agropecuária seguido de indústrias e serviços (IBGE, 2015), ainda de acordo com esses dados, 52,77% dessa população é do sexo feminino.



Figura 2: Nova sede do CRAM. Fonte: <http://jornalgazetaonline.com.br/cruz-das-almas-prefeitura-inaugura-nova-sede-do-maria-joaquina/>.²⁷

No Recôncavo baiano a economia se desenvolveu com a plantação do fumo, sendo um dos principais produtores de charuto do Brasil, considerado um produto produzido com qualidade, sendo aceito na maioria dos mercados externos. A cidade de Cruz das Almas- Ba desenvolveu-se economicamente a partir dessa produção, sendo necessário as mulheres adentrarem na produção e por muito tempo foi um meio de sobrevivência, e ainda é, só que em menor escala devido a diminuição das produções e fechamento das fábricas. As mulheres chamadas de charuteiras fomentaram a economia do recôncavo por muitas décadas, lutando contra a

²⁷ O Centro de Referência da mulher Maria Joaquina está situado na Rua Crisógno Fernandes, no centro de Cruz das Almas. Com horário de funcionamento de 08:00 as 17:00 horas.

invisibilidade, condições de melhoria de trabalho e contra a violência no próprio ambiente de trabalho e doméstico.²⁸

Neste contexto destaco a Sr.^a Maria Joaquina da Conceição, Cruz-almense, que sustentou os nove filhos na fabricação dos charutos na antiga fábrica Suerdieck, onde trabalhou até se aposentar. Em 1986 quando havia um declínio na fabricação dos charutos e com o possível fechamento da fábrica, muitas mulheres, recorreram ao auxílio dela para o não fechamento da empresa, devido a sua influência no meio político.

No entanto, diante das injustiças e situação de precariedade das mulheres que não conseguiram manter seus empregos nos armazéns de fumos, Maria Joaquina reuniu as mulheres que ainda estavam na ativa, e fundou uma associação nomeada clube das mães (primeiro movimento social de mulheres no município), que beneficiou muitas mulheres, estas se organizaram, conseguiram máquinas de costura e formaram o curso de corte e costura e datilografia, que ocorriam no prédio da filarmônica Euterpe Cruz-almense. Sendo homenageada no ano de 2011 com a implantação do Centro de Referência Regional Maria Joaquina. (Cruz das almas, 2017).

Os Centros de Referências são considerados estruturas importantes no programa de prevenção e enfrentamento contra a mulher, que objetiva romper com a situação de violência contra a mulher e promover por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar, intervenções essenciais para as mulheres vítimas de violência.

Atualmente na cidade de Cruz das Almas o quadro de funcionários do Centro de referência está composto por 01 coordenadora, 01 Psicóloga, uma advogada, uma Pedagoga, um motorista, uma auxiliar de serviços gerais e uma recepcionista. De acordo com a composição de funcionários da instituição importa informar que a mesma não está em consonância com a que preconiza na Norma Técnica de

²⁸ Ver pesquisas nesta área: BRIANTI, L.XB. Políticas públicas de apoio ao empoderamento das charuteiras do recôncavo da Bahia: um olhar de afirmação. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia UFRB 2013. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/mpgestaoppss/dissertacoes/category/9-2013?download=6:luciana-xavier-de-brito-brianti>. Acesso em novembro de 2017.

Uniformização²⁹ dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência, que prevê que nos centros deve compor uma equipe por um (a) coordenador (a); dois (duas) secretários (as); dois (duas) assistentes sociais; Dois (duas) psicólogos (as); um (a) advogado (a); dois (duas) educadores (as); um (a) ajudante-geral; um (a) segurança.

As profissionais trabalham em escalas, obedecendo a carga horaria de 30 horas para a Psicóloga, 30 horas a Pedagoga, 20 horas a advogada e 40 horas a coordenadora e os demais funcionários. Neste sentido a carga horaria dos técnicos que realizam atendimentos e orientações ainda não é o necessário para acolher as demandas internas e realizar atividades externas.

As normas técnicas de uniformização dos Centros de referência preconizam que as atividades, e intervenções devem estar relacionadas a prevenção e proteção das mulheres vítimas de violência, em consonância com a rede de atendimento, referindo que as ações atendam às necessidades integrais da mulher, apontando como prioridade questões relativas à segurança, e que as estratégias de intervenção estejam pautadas pelo sigilo e em busca do equilíbrio. No entanto o planejamento destas intervenções deve estar integrado a rede de atendimento, a fim de assegurar que as ações atendam às necessidades das mulheres de forma integral (BRASIL, 2006).

O Centro de Referência e Atendimento à Mulher é considerado como um dispositivo de política pública para o atendimento de mulheres vítimas de violência, sendo implementado no ano de 2011, através da Secretaria de políticas especiais no município de Cruz das Almas estabelecendo parcerias com o Governo do Estado, Secretaria de Promoção e Igualdade (SEPROMI) e apoio ao Núcleo Intermunicipal de Políticas para as Mulheres do Recôncavo (NIPROMUR).

O centro de Referência Regional de Atendimento as Mulheres Maria Joaquina (CRRAMMJ) atendia as demandas de mulheres vítimas de violências

²⁹ Disponível em : <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/documentos/norma-tecnica-centros-de-referencia.pdf/view> acesso em : 20 de agosto de 2017.

locais e da região, através de um consórcio realizado entre os sete municípios que no período assinaram o consórcio, onde cada gestor (a) encaminhava um técnico de referência. Os municípios que concordaram com a pactuação inicialmente foram: Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Muritiba, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Saubara e Cachoeira.

A Medida que os municípios não correspondiam com o que foi acordado sobre a responsabilidade de enviar um técnico, o centro ia funcionando sem um quadro de profissionais adequado, com isto afetava a realização de intervenções essenciais.

Neste sentido em março de 2017 o Centro de referência se reestrutura a partir das demandas locais, passando a ser referenciado como Centro de Referência e Atendimento à Mulher Maria Joaquina (CRAM).

No projeto de pesquisa inicial foi idealizado realizar o estudo no centro de referência, escolhendo a instituição como campo de pesquisa, por se referir a um Centro Regional e por atuar como uma estrutura importante na prevenção e enfrentamento a violência, dando suporte às mulheres e as redes de atenção no Recôncavo.

Ao iniciar as observações iniciais, o campo estava direcionado ao atendimento das mulheres que residem no município, no entanto, alguns atendimentos de mulheres de outras cidades foram mantidos, a fim de não romper com as intervenções que já estavam sendo realizadas.

A medida que direcionava ao centro, dificuldades observadas se estendiam: baixa procura das mulheres ao centro, muitas chegavam para pedir informações ou orientações nos primeiros meses da reestruturação do centro, devido mudanças incluindo: gestão/política, sede do centro, quadro defasado de profissionais. Tanto a gestão quanto equipe estavam se estruturando para desenvolver ações e intervenções no que tange atender as demandas locais.

Sendo observado que o perfil social das mulheres são: a maioria de baixa renda, baixa escolaridade, advém de um bairro periférico ou zona rural, que não

ficam próximo ao Centro de referência e necessitam de transporte para se locomoverem, apresentando como uma limitação para seu deslocamento, e retorno ao centro.

Uma outra limitação foi a ausência de telefone no Centro nos primeiros meses, o que dificultou a comunicação com as mulheres que por ventura não retornaram aos atendimentos, dificultando ainda a comunicação para um novo agendamento. (O aparelho telefônico foi instalado no final do mês de agosto).

Apesar de algumas limitações, o centro apresenta uma estrutura privilegiada, contém duas salas de atendimento, uma brinquedoteca, uma recepção, uma cozinha, dois banheiros e uma garagem.

Para a manutenção dos serviços de proteção no centro, as profissionais, organizam ações através de atendimentos psicológicos e jurídicos, educação permanente, capacitação da rede sócio assistencial, a fim de divulgar o centro e sensibilizar a sociedade sobre a violência contra as mulheres.

De acordo com os dados disponibilizados pela coordenação do CRAM, entre março de 2017 (mês de reinauguração do Centro) até o mês de fevereiro de 2018 foram realizados cento e cinquenta e cinco atendimentos, contemplando as áreas psicológica foram realizados 151 e jurídica 104. Importa pontuar que esse número não é o mesmo com relação ao quantitativo de mulheres atendidas no referente ano, uma vez que foi utilizado como instrumento de coleta destas informações o caderno de marcação, logo, a mesma marcação pode ser referente a mesma mulher. Abaixo segue um gráfico ilustrando os atendimentos (Figura 2)

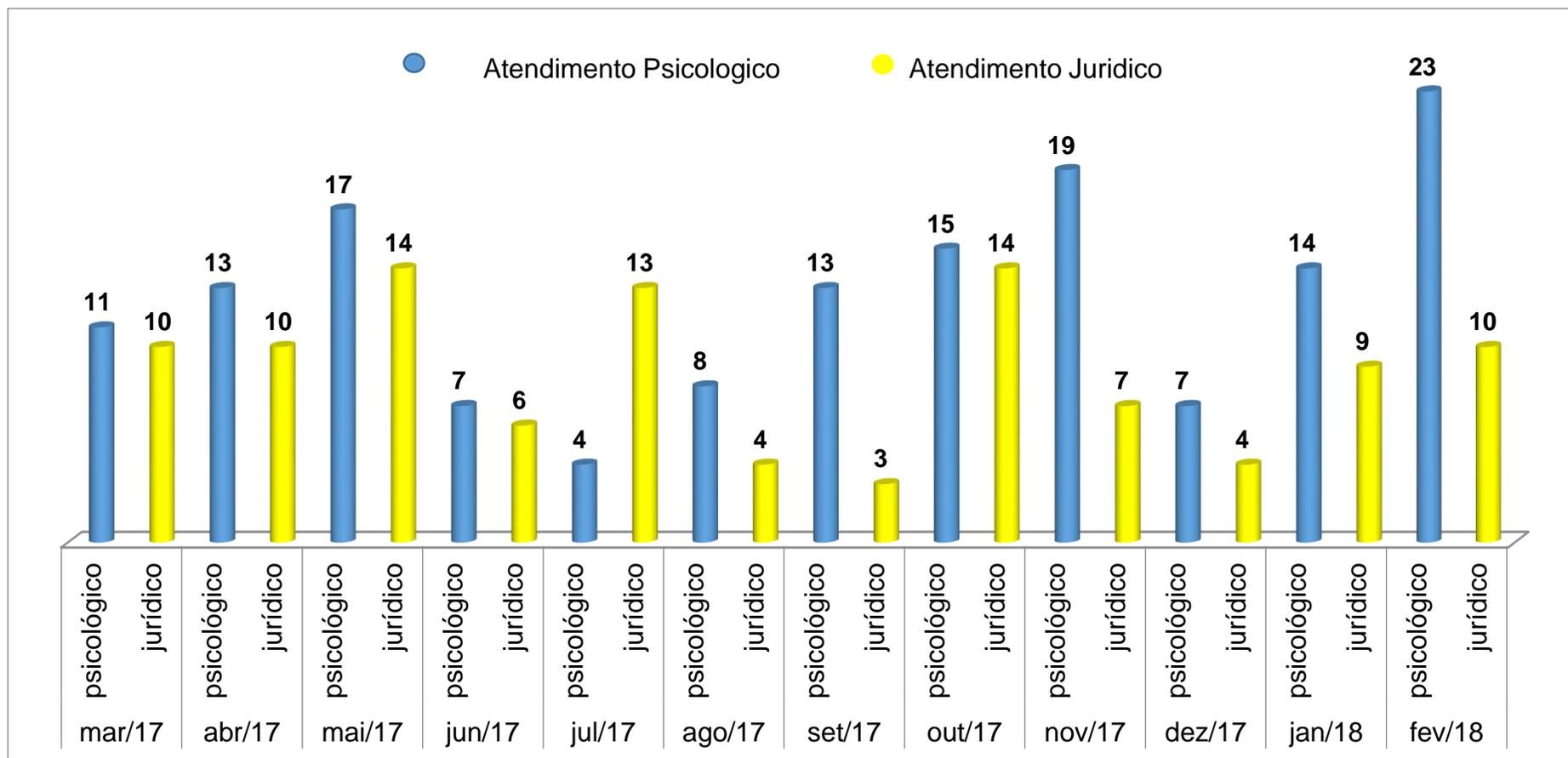


Figura 3: atendimentos realizados no Centro de Referência da Mulher (CRAM), entre os meses de março/2017 a fevereiro/2018.

Nesta tabela apresenta uma demanda crescente pelos atendimentos dos profissionais citados, no entanto, há um a demanda maior nos atendimentos psicológicos podendo estar relacionado à carga horária superior à da outra profissional e pelas demandas serem direcionadas mediante ao acolhimento do dia, e devido o fenômeno da violência gerar nas vítimas consequências psíquicas e emocionais.

Cabe ressaltar que houve um aumento significativo no mês de fevereiro de 2018, podendo estar relacionado a três casos de mortes de mulheres, sendo dois casos registrados como feminicídio no município entre janeiro e fevereiro, e ainda há um caso em investigação na delegacia local.

O feminicídio está relacionado à morte intencional da pessoa do sexo feminino, sendo classificado como um crime hediondo no Brasil.

4.2.1 Relato de observação

Inicialmente foi realizada uma observação no (CRAM), a fim de verificar a relação estabelecida entre as mulheres atendidas e o centro. Nesse seguimento, a dificuldade inicial foi abordar as mulheres para a entrevista, uma vez que, a maioria das pessoas chegava ao centro para buscarem informações. Como o foco da pesquisa é a violência doméstica, alguns casos estavam relacionados à violência psicológica fora do domicílio, e as que se encontravam em atendimentos não retornavam ou faltavam no dia que agendava a entrevista.

No entanto, foram realizadas as entrevistas nos dias em que havia atendimentos psicológicos e jurídicos agendados, e foram realizadas seis entrevistas que foram gravadas em uma sala reservada no CRAM e transcritas, para posteriormente realizar a análise dos dados a partir da Teoria Fundamentada nos Dados TFD

Entrevistar as mulheres vítimas de violência é buscar o que está no subjetivo, não manifesto, mas passível de ser observado e compreendido, sendo um estudo útil aos serviços de atendimento as mulheres no que tange as contribuições

necessárias a uma melhor prestação do serviço. Importante ressaltar que a maioria das pesquisas sobre a violência contra a mulher, aborda a violência de gênero, ressaltando sobre a prevalência deste fenômeno contra a população feminina, referindo a vitimização as mulheres e culpabilização para os agressores.

Cabe ressaltar que houve uma pesquisa de Damasceno em 2013³⁰ neste Centro de referência, no entanto abordando sobre a rede de atendimento à mulher em situação de violência. Onde os profissionais do CRAM foram os sujeitos da pesquisa que trouxeram contribuições neste campo de estudo.

Nesta perspectiva é importante referir que nosso estudo se propõe a disseminar um diferencial para as pesquisas envolvendo a violência contra a mulher, (principalmente no recôncavo), buscando nas mulheres suas narrativas e experiências com as situações de violação, através das suas representações sobre a violência, atividades de proteção, assim, como sua relação com CRAM.

Pesquisas que vem reportando o contexto do recôncavo estão sendo desenvolvidas em crescente escala desde a instalação da Universidade Federal do recôncavo, sendo notório observar como o olhar sobre o interior das relações sejam entre pessoas, meio ambiente, meios de produção, etc.; vem chamando atenção e interesse dos pesquisadores.

Neste caso, esta pesquisa destaca como no interior das relações familiares a violência contra as mulheres é algo predominante, porém não é potencializada apenas na relação de conjugalidade estando vulnerável a outros membros da família mediante a ciclos, naturalizações e dominações.

Cabe aqui ressaltar uma experiência de observação vivenciada no CRAM no dia 22 de novembro de 2017, foi realizado uma roda de conversa com cinco mulheres que relatavam sua história de vida baseada na violência sofrida por parceiros íntimos, ex-companheiros, pais, padrastos. Cada uma das mulheres apresentava em seus discursos pensamentos e sentimentos de desamparo e suas necessidades para superarem o ciclo da violência.

³⁰Acessar em: <https://www.ufrb.edu.br/servicosocial/tccs/category/5-tcc2013-1?...chirlei...damasceno>

Reunidas, as mulheres acolheram suas queixas e experiências com a violência, motivando “a seguir em frente”, criando juntas estratégias baseada nas suas histórias de vida para que o problema pudesse ser minimizado. O grupo ocorre uma vez por semana, este foi o primeiro encontro, tendo a Psicóloga como técnica facilitadora.

Cada mulher falou sobre sua experiência, referindo com singularidade dados da violência sofrida, como ocorreu, local, objetos que foram utilizados pelos agressores e palavras e atitudes dos mesmos. Uma das mulheres após ouvir o relato das outras disse: “que o que sofreu não foi tão intenso como das demais, mas que sofre por o ex-companheiro não querer sair da casa e tem que dividir o mesmo espaço, mas, que nunca sofreu violência física, sendo a psicológica constante, ainda convivem no mesmo ambiente, porém não se falam”.

Neste sentido, Gregori 1992, refere que as mulheres reconhecem nas suas queixas uma possibilidade de falar sobre o sofrimento de forma única, como se houvesse uma competição pela singularidade da dor. As mulheres reconhecem nas suas queixas um universo de aprisionamento, enquanto refere aos homens como um ser livre.

4.3 Sujeitos de estudo

Os dados da população foram obtidos através dos cadastros das mulheres nos Centros de Referências de atendimento à mulher a partir dos 18 anos, vítimas da violência doméstica. Foram inclusas na pesquisa as pessoas que aceitaram participar do estudo voluntariamente e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Sendo excluídas da amostra aquelas que não aceitaram participar da pesquisa ou as que não foram vítimas de violência no âmbito doméstico.

4.4 Aspectos éticos da pesquisa

Em todas as etapas deste estudo foram observados os preceitos éticos que envolvem a pesquisa, assim, para a realização das entrevistas os participantes

assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo preservado o sigilo de seus nomes. Contudo, foi esclarecido às mulheres, sobre o anonimato.

Os dados da população foram obtidos através do CRAM, que atendem as mulheres com idade a partir de 18 anos, vítimas da violência doméstica. Foi incluso na pesquisa as pessoas que aceitaram a participar do estudo voluntariamente e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Sendo excluídas da pesquisa as mulheres que não vivenciaram violência doméstica ou as que não aceitaram participar da pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos e atendendo às recomendações da Resolução do Conselho Nacional de Saúde 196/96, a presente pesquisa foi liberada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRB sob Nº72103717.200000056.

4.5 Representações Sociais

A presente pesquisa tem na Teoria das Representações Sociais um marco teórico-analítico, diante disso, é relevante traçar as linhas gerais que fundamentam a referida teoria.

Estudar as representações sociais da violência contra as mulheres e do atendimento delas pelo Centro de referência, significa trazer as mulheres como sujeito, tendo como objeto, como compreendem as maneiras, o processo e procedimentos, o contexto e todas as implicações que estão embutidas nessa relação.

A teoria das representações sociais³¹ foi aprofundada por Jodelet (1993), que a definiu como:

³¹ Surge a partir de Durkheim e logo, foi desenvolvida na psicologia social com Serge Moscovici com sua obra: *La Psychanalyse, son image, son public* publicada na França em 1961, sendo mais referenciada nos anos 80 a partir dos movimentos sociais e o conceitos de gênero. e aprofundada por Denise Jodelet. (COUTINHO 2017 apud ARRUDA,2002).

[...] as representações sociais são fenômenos complexos sempre ativos e agindo na vida social. Em sua riqueza fenomênica assinalam-se elementos diversos, os quais são às vezes estudados de maneira isolada: elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, etc. Mas esses elementos são sempre organizados como uma espécie de saber que diz alguma coisa sobre o estado da realidade. E é esta totalidade significativa que, relacionada à ação, encontra-se no centro da investigação científica. Esta assume a tarefa de descrevê-la, analisá-la, explicar suas dimensões, formas, processos e funcionamento (JODELET, 1993, p. 4).

Sendo referido também como um saber do senso comum, porém, não sendo inferior ao saber científico, mas considerado legítimo, pois através deste é possível compreender os processos cognitivos e as interações sociais. No entanto, é considerado por (JODELET, 1993) que o que importa é saber como as experiências e práticas, assim como o padrão de conduta e de pensamento internalizados socialmente e transmitidos através da comunicação, se constituem como individual e coletivo.

A representação social ocorre a partir da relação entre o sujeito e o objeto, logo não haverá representação sem o objeto, pois, estão em correspondência para se reconstituir. Ou seja, no conteúdo concreto com o modo de pensar, a representação carrega a marca do sujeito e da sua ação. Neste sentido, observa-se que a representação social pressupõe um processo de se fazer e desfazer de criar e interpretar dada realidade, referindo a um saber prático. (JODELET, 1993, p. 5).

Logo o sujeito é percebido como aquele que pertence e está integrado a um determinado contexto social e cultural. Assim, tanto o sujeito quanto o objeto a partir das suas características, influenciarão na representação social do sujeito. (JODELET, 1993).

Para Moscovici (2007, p. 40), “todas as interações humanas pressupõem representações”, referindo que as representações necessitam das interações entre uma ou mais pessoas para existir, não podendo ser criadas por apenas uma pessoa. Logo, podemos pensar que as representações sociais estão contidas em todas as relações dos indivíduos com a sociedade e a comunicação é essencial nessa relação. (Moscovici, p.40).

A comunicação é importante nessa relação, uma vez que os indivíduos e a coletividade estão em constante interação, sejam cercados por palavras, gestos, imagens. Fazendo com que as representações tenham a função de estabelecer padrões de comportamento entre as pessoas, objetos e até acontecimentos que para Moscovici, (2007) vai possibilitar a compreensão.

4.6 Entrevistas semiestruturada

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis mulheres vítimas de violência doméstica, que aceitaram participar das entrevistas e assinaram o Termo de consentimento Livre e Esclarecido TECLÉ. O local usado nesta pesquisa como campo de estudo foi selecionado considerando que o CRAM realiza atendimento as mulheres vítimas de violência.

A técnica de entrevista semiestruturada foi proposta através da definição de um roteiro previamente formulado, conforme roteiro composto no (anexo A) desta pesquisa. Teve como objetivo realizar interação com o a entrevistada, a fim de obter informações sobre as percepções em relação às atividades de proteção realizadas no CRAM. Inicialmente fiz perguntas simples do cotidiano a fim de quebrar o gelo, e a entrevistada pudesse manifestar livremente sua opinião, percepção, compreensão sobre o tema proposto.

Segundo Boni (2005), esse tipo de entrevista favorece o direcionamento do tema, sendo muito utilizada quando se tem o propósito de delimitar o volume das informações, favorecendo no alcance os objetivos. Neste sentido o autor refere que a entrevista como coleta de dados é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo, sendo através dela que os pesquisadores buscam informações, ou seja, coletar dados objetivos (encontrados através dos censos e estatísticas) e dados e subjetivos (se relacionam com os valores, atitudes e opiniões dos sujeitos entrevistados) Boni e Quaresma (2005, p. 5):

Compreendendo o cunho subjetivo desta pesquisa, as entrevistas foram realizadas com a utilização de um roteiro de perguntas semiestruturado, com as mulheres vítimas de violência doméstica, que se encontram referenciadas no CRAM.

Foram realizadas seis entrevistas, que foram gravadas e transcritas a fim de possibilitar uma melhor verificação dos dados.

O local de realização das entrevistas foi no Centro de referência, em um local reservado, de modo que as entrevistadas pudessem sentir-se à vontade para falar, sem receio de estar sendo ouvida por outras pessoas, de modo a manter o sigilo das entrevistadas serão colocados nomes fictícios.

Inicialmente foi realizada uma conversa informal com as entrevistadas a fim de estimular a espontaneidade das entrevistadas, tornando o dialogo motivador e reflexivo, visando propiciar a interação com a entrevistadora.

O roteiro de questões foi elaborado para verificar a formulação das perguntas, que foram testadas e realizadas as entrevistas, as questões visaram esclarecer o seguinte:

- 1 - Relato da experiência com a violência doméstica antes do atendimento no CRAM,
- 2 - Como avaliam a experiência do acolhimento,
- 3 - Como compreendem a violência após o acolhimento e atendimento no CRAM,
- 4 - Como percebem a atuação do CRAM na prevenção, e enfrentamento a violência,
- 5 - Como compreendem as atividades de proteção ofertadas pelo centro

À medida que as entrevistas ocorreram, notou-se que em algumas questões houve uma repetição nos discursos, cabe salientar que durante as entrevistas foi permitido que as mulheres fossem falando sobre sua relação com a violência sem interrompê-las, considerando que suas narrativas estavam conduzindo a entrevista e gerando um novo olhar sobre a pesquisa, permitindo perceber que a medida que falavam sobre a sua experiência com violência sofrida referiam o conteúdo que mais lhe interessavam que era falar do que lhe incomoda sobre suas representações no que tange a violência, seja esta familiar ou conjugal no ambiente doméstico.

Assim, considero que o campo e o discurso das entrevistadas foram os maiores condutores desta parte da pesquisa, pois, foram vivenciados o que está para além de um roteiro de perguntas, daquilo que o entrevistador pretendia saber e

o que realmente está explícito no subjetivo dos que querem falar, enfim considerando uma experiência reveladora.

Ao término de cada entrevista foram colhidos os dados sociodemográficos dos entrevistados, onde está posto que dos 6 entrevistados, com a média de 38 a 50 anos de idade, sendo que 02 se autodeclararam como sendo da cor negra e 04 da cor parda; 03 separada, 03 residem com companheiro, 02 ensino fundamental, 03 com o ensino médio, 01 superior incompleto, 05 se declaram como católica e 01 evangélica, sendo 01 aposentada, 01 servidora pública, 04 sem renda fixa.

A partir dos dados coletados, as entrevistas foram gravadas, transcritas literalmente e analisadas e depois de estabelecidas as categorias julgadas pertinentes no âmbito da pesquisa, foram construídas hipóteses teóricas em conformidade com a Teoria Fundamentada nos Dados (TFD).

4.7 Teoria Fundamentada nos Dados: uma fonte para análise

A Teoria Fundamentada em Dados (TFD), tem sua gênese nas ciências sociais, trata-se de um método qualitativo, visando construir uma teoria baseada nos dados, onde os procedimentos associados a esta técnica segundo Almeida, Silva (2015) e Strauss e Cobin (1990), identificam, desenvolvem e relacionam conceitos. Neste sentido, associada a teoria ou pressupostos teóricos já estabelecidos, poderá desenvolver explicar os processos estudados em novos termos teóricos.

Charmaz, (2006) e Charmaz (2009), destaca que “os dados formam a base para elaboração de uma teoria”, e o que a partir desses dados que o pesquisador desenvolvera constructos teóricos que explicitam aspectos relevantes a pesquisa. Assim os aspectos desta metodologia favorecem, a exploração das ideias sobre os dados, permitindo conduzir, organizar, e codificar, testar, categorizar a coleta de dados, de forma incisiva e completa.

A TFD é entendida como uma metodologia que permite elaborar a partir da observação dos dados, conhecimentos teóricos, mesmo que a título de hipóteses. (CAPPI, 2014, p. 12). Sendo importante alternar a observação dos dados empíricos com a formulação dos enunciados teóricos deles decorrentes.

Sendo assim, a realidade entendida pela TFD pode ser compreendida como uma construção social, a partir do modo de ser e pensar dos atores sociais pesquisados a partir da observação.

Neste sentido, as proposições de cunho teórico estão fundamentadas nos dados, e não em uma teoria já existente, tentando provar ou negar sua aplicabilidade assim, ela não emerge da literatura, mas nos dados e as hipóteses são elaboradas a partir da realidade que é observada, com propósito de acrescentar novas perspectivas à compreensão de um dado fenômeno, sendo importante valer da experiência cotidiana dos indivíduos. (CASSIANI & ALMEIDA, 1999, p. 13).

Guerra contribui (2006, p.25):

Assim, o investigador trabalha “de baixo para cima”, começando nos factos (no terreno); o trabalho analítico inicia-se por um exame contínuo e aprofundado do material recolhido, para depois construir os conceitos e as proposições teóricas que se articularão numa teoria à medida que se forem “saturando” os casos em análise. A construção da teoria faz-se, assim, num processo evolutivo, visto que ela é o ponto de chegada do método e não o seu ponto de partida.

A teoria é definida por Cassiani, Caliri e Pelá (1996, p. 77), como [...] uma explicação sistemática das relações entre conjuntos de variáveis, assim como um fenômeno particular, que pode ser desenvolvida através do raciocínio dedutivo como indutivo em um processo circular.

A análise de dados na Teoria Fundamentada segue três tipos principais de codificação: a codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva. A codificação é considerada um processo dinâmico e fluido, assume formas diferentes de tratar os dados e as etapas de codificação não devem ser referidas necessariamente de modo progressivo, por não ser considerado um método linear, sequencial.

A codificação refere-se aos procedimentos que visam rotular e analisar os dados coletados, envolvendo constantes comparações entre os fenômenos, casos e conceitos, as quais vão conduzir o desenvolvimento de teorias por meio da abstração e relação entre os elementos (FLICK 2004).

Na codificação aberta o pesquisador deve analisar de maneira minuciosa, ou seja, linha por linha, parágrafo por parágrafo e os códigos surgem a partir das entrevistas. Nesta etapa se desenvolve, nomeia se conceitos, abrindo o texto e expondo significados contidos, neste sentido os dados são agrupados sob conceitos mais abstratos (consideradas categorias) (STRAUSS, CORBIN 2006, CASSIANI, et al 1999), Cappi (2014), aponta que

“(...) na codificação aberta os conceitos, ou as unidades abstratas que designam uma unidade de sentido, devem estar próximos dos dados empíricos, podendo estar reunidos em categorias e subcategorias, contanto que estejam relacionados a um mesmo universo de sentido.”

Na codificação axial tem o objetivo de diferenciar, aprimorar as categorias que resultaram da codificação aberta. Os dados são agrupados novamente visando estabelecer conexões entre categorias, com intuito de identificar categorias mais abrangentes para estabelecer os conceitos. (CASSIANI & ALMEIDA, 1999).

Segundo Cappi (2014, p.14), a codificação axial

“(...) consiste na comparação das categorias abstraídas dos dados empíricos, bem como de suas propriedades e dimensões, para começar a elaborar uma articulação teórica entre elas, devendo ser confirmada pelo retorno às observações iniciais”.

Argumentam Cassiani, Caliri e Pelá (1996), além de Almeida (1999) que as categorias são mais abstratas de que os códigos, elas devem ser agrupadas com o fim de facilitar a análise dos dados. O estabelecimento das categorias permite reduzir o número de unidades de análise trabalhadas.

Compete ao investigador, na fase da codificação axial, buscar descobrir o problema central a partir do ponto de vista dos atores do estudo, verificando como eles lidam com o problema. O desenvolvimento dessa etapa fará com que o pesquisador realize a integração das categorias, por meio da reunindo os dados e conexão entre as categorias e as subcategorias (CASSIANI, CALIRI e PELÁ, 1996). Seria sintetizar toda a história construída com base nos dados obtidos, e em seguida explicar semelhanças e diferenças encontradas na experiência (STRAUSS & CORBIN 1990).

5.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Criando categorias a partir da TFD

O presente capítulo é destinado a analisar os discursos das entrevistadas, baseando-se como já referido, da Teoria Fundamentada nos Dados, a fim de compreender o fenômeno pesquisado.

No primeiro momento foi realizada a codificação aberta a partir da análise de cada entrevista transcrita, linha por linha, parágrafo por parágrafo um processo onde requer atenção e no processo de ir e voltar foram criadas as categorias a partir do método indutivo de análise.

Posteriormente realizou-se a análise do conjunto dos discursos, que favoreceu comparar diferentes processos de codificação com a finalidade de estabelecer categorias que estivessem iguais em todos os discursos. Assim, a medida que se analisava cada discurso, diminuía o surgimento de novas categorias, atingindo assim, o que Cappi (2017), refere de uma saturação empírica.

O resultado desta análise resulta na elaboração de um quadro geral (Quadro 1), onde é possível fazer uma leitura dos discursos analisados, a partir das categorias que foram construídas indutivamente. Possibilitando identificar a ocorrência da categoria em diferentes discursos. Foi utilizado o sinal “X” para sinalizar as categorias e quando não há ocorrência de uma dada categoria é identificada com a célula vazia.

A identificação dos diferentes discursos (de cada entrevistada) foi feita com a atribuição de um numeral de 1.Maria Rosa,2.Maria Jasmim,3 Maria Rosa,4 Maria Lis,5 Maria Angélica, 6 Maria Flor, correspondendo à quantidade de entrevistas aplicadas. (Nomes fictícios).

Quadro 1 Codificação dos discursos

CATEGORIA	DISCURSOS					
	1	2	3	4	5	6
Tipos de violência sofrida						
Violência psicológica	X	X	X	X	X	X
Violência física		X	X		X	X
Violência sexual		X	X	X		X
Violência patrimonial		X				
Violência familiar- na presença dos filhos	X	X	X		X	
Como as mulheres significam a violência:						
Considera que o homem naturaliza a violência após as agressões	X	X	X	X	X	X
Considera que arranjar mulher na rua é uma causa para a violência doméstica	X	X	X		X	X
Atribui a relação extraconjugal como a causa da mudança de comportamento do homem	X	X	X		X	X
Obrigar a mulher ter relações sexuais		X	X	X		X
A rejeição do homem vista como um tipo de violência	X	X	X	X	X	
Sofre humilhação por querer fazer uma atividade fora do domicílio	X	X	X	X	X	
Após a agressão, perdia o interesse em fazer atividades diárias e se cuidar		X	X		X	
Considera que não precisa de motivo para ser agredida		X			X	
Sente se desvalorizada ao ser agredida na frente dos filhos		X	X		X	X
Após a violência passou a fazer uso de medicações controladas		X	X	X	X	
Negar o sustento da mulher		X	X		X	
Desfazer da imagem da mulher	X	X	X			

Valorizar a imagem da amante	X	X	X			
Medo de morrer faz com que permaneça na relação		X	X	X	X	
Homem não querer direitos trabalhistas para não dar pensão ao filho			X			
Homem culpou a mulher pelo o filho nascer deficiente			X			
Não levar o filho deficiente no médico			X			
Fazia dividas e responsabilizava a mulher pelo pagamento			X			
Não ir buscar a mulher no trabalho			X			
Considera que o filho passou a agredi-la pois aprendeu com o pai			X			
Deixar o filho passar fome para atingir a mulher			X			
Negar paternidade dos filhos				X		
Relação do/ dos causadores (es) da violência						
Cônjuge\ marido	X			X	X	
Ex-Cônjuge		X	X			X
Mãe						X
Filho			X			
Pai						X
Por qual(ais) meios chegou ao CRAM						
Delegacia local		X		X		
Unidade de saúde da família	X					
CRAS						X
Espontânea			X		X	
Família ou amigo		X				
Motivos que levaram a mulher buscar ajuda						
Agressão na frente do (s) filho (s)	X	X	X			
Filho sair de casa			X			
Agressão quando estava grávida		X				X
Agressão na frente da amante		X				
Ameaça de morte		X	X	X	X	X
Filho apresentou baixo auto estima e dificuldade na escola						X
Relatam sobre o ciclo na violência :						
Traição	X	X	X		X	X
Bebida em excesso		X	X		X	X
Medo da reação do agressor	X	X	X	X	X	X

Melhora do comportamento do agressor			X		X	
Falta de diálogo	X		X		X	
Dependência financeira	X	X	X	X	X	X
Moradia – não ter para onde ir	X	X			X	X
Filhos da relação	X	X	X	X	X	X
Ameaça de morte		X	X	X	X	X
Xingamentos na frente dos filhos		X	X	X	X	X
Diminuir bebida após denúncia da mulher			X			
Agressor vai na loja e compra “coisas” para mulher			X			
Considera que o agressor sente ciúme pois está lhe poupando			X			
Apontam como atitudes de dominação do homem que mantém a violência						
Dificulta meios de sustento da mulher e família		X	X		X	X
Rompe com as possibilidades da mulher sair da violência	X	X	X	X	X	X
Agrede os filhos para atingir a mulher		X	X	X		X
Fragiliza a mulher ao desfazer da sua imagem	X	X	X	X	X	X
Desvaloriza o que a mulher faz em casa	X	X			X	
Desvaloriza atividades feitas fora do domicílio (estudar e trabalhar)	X	X	X		X	X
Utiliza de armas brancas para intimidar a mulher		X	X		X	
Valoriza a imagem da amante na frente da mulher	X	X			X	
Destroi objetos pessoais, intimidando a mulher		X	X		X	
Intimida com gestos e olhares	X	X	X	X	X	X
Meios que as mulheres utilizaram para se defender ou intimidar o agressor						
Chamar a policia		X	X	X		
Dar queixa		X	X	X	X	X
Falar sobre a LMP		X	X			
Referir que está no CRAM		X	X	X	X	
Ser a proprietária da casa			X		X	
Buscar auxílio da justiça	X	X	X	X	X	X
Buscar auxílio da família \amigos	X	X			X	X
Correr para fora de casa		X	X			
Se esconder debaixo da cama		X				
Expectativas após o acolhimento no CRAM						

Esperam resolução da justiça sobre o divórcio	X	X	X	X	X	
Atendimento para o agressor			X			
Prisão para o agressor		X	X			
Agressor sair de casa	X		X	X	X	
Aprender estabelecer confiança com as pessoas						X
Como percebem as atividades de prevenção e proteção do CRAM						
O centro como apoio para tomada de decisões	X	X		X	X	X
O centro como condutor para seu acesso à justiça	X	X				
Oferece Atendimento jurídico gratuito	X					
Oferece atendimento Psicológico	X	X	X	X	X	X
Ajuda a registrar queixa \Lei Maria da Penha		X	X		X	
Centro ajudou com conselhos	X	X		X	X	
Ser convidada a participar das palestras	X					
Apoio às mulheres que buscam ajuda	X	X		X		
Precisa de mais profissionais para ter mais dias de atendimentos						X
Encaminhar pedido de divórcio	X	X			X	
Se sente mais segura	X	X	X	X		X
O centro ajudou, orientou e “colocou para cima “			X			
Considera que se sentiu acolhida no CRAM			X	X	X	
Não conhece o trabalho geral do Centro						X
Precisa ser mais divulgado, as mulheres só vêm aqui mandado por alguém						X
Como as mulheres significam os atendimentos do CRAM						
Atendimento despertou para punição do agressor	X	X	X	X	X	
Da importância de se cuidar		X	X			
Após atendimento conseguiu enfrentar o medo	X	X	X	X	X	X
Conseguiu sair da relação abusiva		X	X			X
Conseguiu enfrentar o agressor	X	X	X	X	X	X
Melhorou a autoestima	X	X	X	X	X	X
Pediu para o agressor sair da casa				X	X	

Sentimento de segurança para se defender\Falar	X	X	X	X	X	X
O centro ajudou a ter coragem			X			
Poderia ter mais dias de atendimento para ajudar mais mulheres						X
Considera que precisa ter mais divulgação						X

Nesta fase será apresentada análise dos discursos a fim de compreender a percepção das mulheres em relação a violência, assim como sua relação com o Centro de Atendimento. (A fim de atingir os objetivos desta pesquisa).

Por meio da metodologia empregada foi possível compreender as representações sociais da violência contra as mulheres e o atendimento às mesmas, realizadas por meio do Centro de referência Maria Joaquina em Cruz das Almas - Bahia. Sendo identificado através dos discursos como as mulheres percebem a violência mediante a seu contexto e após os atendimentos no Cram.

Será realizada nesta fase da pesquisa, análise das categorias centrais que emergiram da análise dos discursos. A primeira categoria central versa sobre a percepção das mulheres sobre a violência vivenciada. A segunda trata da percepção das mulheres sobre as atividades desenvolvidas no CRAM, e a terceira categoria por sua vez, aborda a percepção das mulheres sobre os atendimentos realizados no CRAM.

A fim de manter o sigilo das participantes suas identidades estarão representadas abaixo nos discursos, através de nomes fictícios.

5.2 Percepção das mulheres sobre a violência

Analisando os discursos, foi possível compreender que as mulheres, de modo unânime, indicaram que a violência é naturalizada pelo homem, sendo que 5 entrevistadas atribuem à relação extraconjugal como a causa da mudança de comportamento do homem, a traição foi um discurso repetido muitas vezes durante as entrevistas. Como se observa neste discurso:

[...] Fui casada há 19 anos, tenho uma filha e tinha um bom convívio com ele até haver a traição[]... aí passei a ficar assim é [...] Sufocada e eu estava me sentindo humilhada, assim [...] palavrões, agressões físicas não, mas, palavrões assim ... ele chegava rindo como se ele estivesse feito era

normal; que traição é normal. Tá entendendo? Que tanto faz, tanto fez era isso assim. (Maria Flor).³²

É possível observar que relaciona a violência a partir do viés da conjugalidade e das relações familiares, referindo normalização e naturalização dos agressores após os episódios da violência, assim como, consideram traição e a rejeição como um dos fatores causais da violência, sendo preponderante em sua fala.

Reencontramos algo sinalizado por Minayo (2005), que refere que a naturalização da violência está relacionada entre os sexos, assumida pela visão do patriarcalismo introjetado.

A violência é um fenômeno que não acontece de forma isolada, mas conectada a outros fatores, que juntos formam um conjunto de hostilidades, violando direitos e provocando danos psicológicos na vítima.

No discurso abaixo é possível observar a percepção da mulher que relaciona a traição como fator de violência.

“O pai do meu filho, eu com 8 meses de grávida, me abusou sexualmente ...porque eu não queria ter relação com ele, porque eu descobri que ele tinha outra pessoa...Ai ele teve relação comigo a força ai... falei com ele quando amanheceu o dia, por que você fez isso... isso comigo? Não tava nem conseguindo andar direito, minha barriga cresceu muito com 8 meses, ai ele ah, não lembro não ... (Maria Jasmim)³³ .

Neste discurso pôde-se observar a violência contra a mulher associado a fatores que acredita terem impulsionado o ato de agressão, assim como, ressalta a sua condição de fragilidade em estar grávida, seguido da naturalização do agressor.

De acordo com Lettiere, Nakaro & Bittar (2012), é recorrente ocorrer violência contra a mulher na gravidez, principalmente no contexto doméstico, sendo praticada pelo parceiro íntimo. A gravidez é considerada um período onde a mulher passa por um estado de mudanças físicas e psíquicas que influenciam a sua vida e a do feto, logo, a violência neste estado é um risco para mãe e filho.

³² Entrevista realizada em: 04 de agosto de 2017

³³ Entrevista realizada em : 06 de outubro de 2017

Saffioti (1999), contribui neste contexto ao referir que, a sociedade aceita e incentiva os homens a exercerem sua força – potência – dominação contra as mulheres, baseando-se de uma virilidade sensível e adequada ao desfrute do prazer. Inclusive de manter relações sexuais com a mulher por direito e dever dela aceitar, assim como, ter relações extraconjugais justificada na figura da virilidade masculina.

Ao exercer seu poder de dominação, o homem fragiliza as mulheres a fim de que, elas não busquem estratégias de enfrentamento para a situação, e impõe sua força enquanto provedor minimizando as potencialidades das mulheres.

Como se percebe neste discurso, a violência está relacionada a outras condições, que as impossibilitam de desenvolver atividades fora de casa como estudar ou ter um comércio. Ademais, toda possibilidade de enfrentamento da mulher foi repreendida por aquele que detinha o controle.

Sendo citada nesse discurso:

[...] “Ele desfazia de mim, me criticava dizia que eu era burra, voltei a estudar e ele disse que lugar de burro não é no colégio que era para eu ficar em casa cuidando dos meninos e que ele era meu marido e tinha o direito de até me bater...”(Maria Flor).³⁴

A mulher é vista e aceita na sociedade como cuidadora do lar, dos filhos e do marido, aquela que provêm à alimentação e asseio da casa, estando designada ao ambiente privado da sociedade, sendo questionada e impedida de assumir outras funções que possam lhe tirar do controle exercido pelo companheiro.

A dominação masculina é apresentada nestes discursos no que tange reduzir a capacidade da mulher em buscar estratégias de autonomia, seja através de desvalorizar a imagem dela, assim como, desfazer das atividades que desenvolvem dentro do lar, ou fora deste. Com isto, essencializa a condição de submissão imposta pela cultura patriarcal e reproduzida pela sociedade.

³⁴ Entrevista realizada em 12 de agosto de 2017

A violência mantém uma relação de mando e sujeição, que para Gregori (1992) apud Chauí (1985), esse processo ocorre mediante a uma relação de interiorização da parte dominada praticada pelas ações do dominante. Como reafirmado ainda neste relato:

[...] ai ele queria tirar a casa que a gente mora na roça [...] ele disse que a gente tinha que morar de aluguel [...] vendeu minhas coisas eu tinha um bar... ele vendeu logo a freezer ai.. fechou o bar.... ai tive princípio de depressão, ele dizia que eu era velha e acabada e que ninguém ia me querer (Maria Rosa).

Quando a relação conjugal é permeada por abuso de poder, a parte dominada se sente fragilizada e busca estar a disposição para atender aquele que ordena alguma função, a fim de, “manter a ordem das coisas”, supostamente imposta por aquele que domina.

Neste discurso, se apresenta a subordinação da mulher em atender ao marido. Logo, se anula enquanto sujeito:

[...]quando ele se dirigia a mim, e eu estava distraída fazendo alguma coisa, e eu não prestava atenção quando ele estava se dirigindo a mim, ele dizia...você está surda é? Quer que eu enfie um cabo de vassoura no ouvido? Gritando desse tipo ... não me chamava pelo nome, também não me chamava de amor, nega de filha de nada disso. Simplesmente ele chegava e olhava e dizia assim... essa assim... assim você pegou isso? – Você viu isso? Você quer isso? Você fez isso? Eu já tava de uma forma que me acabava me habituando, que quando eu ouvia a voz dele eu já tomava atenção para ver se ele estava falando comigo. E foi, foi, foi...”(Maria Lis).³⁵

A mulher ao ser vista como frágil, estando amedrontada e humilhada pelo agressor no ambiente doméstico, não possui lugar de fala, nem de representação, percebem a violência como algo direcionado exclusivamente para elas, minimizando sua capacidade de enfrentamento por se sentir só, perante ao outro que a domina. Buscam atender a demanda do cônjuge a fim de evitar que a violência aumente que por sua vez já está conectada a ameaças e outros tipos de violência.

Observa-se neste discurso abaixo que, a violência foi representada através da ameaça de morte, assim como, ocorrer na presença do filho.

³⁵ Entrevista realizada em 11 de outubro de 2017

[...] Teve um domingo que eu não tinha feito comida, ai ele mordida a mão e olhava para mim [...] eu peguei meu filho de 3 anos e sai ... quando ele retornou ele me jogou na cerca e chutou minha barriga e deu murro no meu, fiquei desacordada e quando me levantei ele vinha com um facão, mas eu corri pelo mato, ele não me achou, mas eu me mijeji toda de medo.”(Maria Angélica).

Quando a mulher deixa de realizar uma “função” que lhe foi atribuída, como no discurso citado “não tinha feito a comida”, acaba por desfazer do papel que lhe foi imposto socialmente: de cuidar do lar. Logo, é reprimida pela coerção do que possui a função de produzir o sustento da casa.

Nos casos em que a violência ocorre na frente dos filhos, o sentimento de culpa, medo e desamparo são acentuados e violência atinge não só a mulher, como a família, através de um movimento cíclico.

Nesse discurso, se reproduz o ciclo da violência, que permeia as relações conjugais e atinge a família:

[...]Ele bebia, quebrava as coisas, jogava comida fora, jogava na parede, me sacudia... pegava fio te alta tensão dizia que ia colocar na minha língua ..me xingava... “a desgraça vou colocar o fio na sua língua”... agredia meu filho [...] esfregou a cara do menino no chão, o menino era muito quieto ... e ele sempre foi agressivo.[...] Um dia ele disse para mim ... que não queria ter um filho deficiente e que se tivesse uma mulher que tivesse um filho deficiente não ficaria com ela nunca.... e hoje ele discrimina meu filho [...].(Maria Angélica).

Apresentando episódio de violência cíclica, iniciado por uma agressão verbal dentro de um contexto de ameaças, seguido de violência física grave, que segundo Paulino Rodrigues, (2016) impossibilita as vítimas de reagir ou não reagir passivamente, por medo de que a reação possa agravar a situação.

Geralmente o agressor utiliza de razões atenuantes ou desculpas para seus atos, como o uso do álcool, ou até mesmo não possuem motivos para praticarem a agressão. E por vezes, responsabilizam a mulher pelas “coisas que estão fora da ordem” ou por elas terem provocado a situação.

Gregori (1992), enfatiza que, a mulher tem seu destino relacionado a ser cuidadora, ou seja, ser e estar para o outro através do casamento e da maternidade. Quando o agressor agride os filhos para atingir as mulheres, sob a ótica cultural

patriarcal acaba atingindo a figura da mulher cuidadora, retirando-lhe até mesmo a sua “função social” de zelar pela família. Mas, que continua vulnerável na situação, devido a fatores condicionados a sustento da família, há situações que a mulher se mantém na relação abusiva, por seguir com o compromisso com a família, através do casamento duradouro.

Em determinados discursos, a violência mantida em um ciclo abusivo relacionado ao compromisso com o casamento.

[...] não foi fácil né, principalmente quando a gente tem muito tempo de relacionamento para abrir mão assim, né? [...] e por que a gente se apega não sei se é amor, se é apego a todo tempo e... aí fica aquela demanda de ser xingada a todo tempo, xingada né [...] palavras que ele não deve falar para a gente. Ai aí [...]... arruma mulher na rua e chega em casa e fala [...] aí a gente fica numa situação de ficar dividida, assim se a gente termina esse relacionamento ou se a gente aceita essas violências deles né? [...] (Maria Jasmim).³⁶

Por ser considerado um projeto de vida, o casamento para muitas mulheres deve ser mantido em longo prazo, mesmo que fragilizado pelas condutas inadequadas como a traição, uso de álcool, etc.

Fazendo com que as mulheres se mantenham em um ciclo de abusos severos, que vão se agravando em intensidade e frequência, sem solicitar ajuda, pois se asseguram na natureza do compromisso com o casamento e família enquanto um grupo social e temem constrangimentos, limitando sair da relação abusiva por se amedrontarem com a ferocidade da dominação masculina, coerção e violência.

Na violência doméstica as tensões ocorrem geralmente na unidade do lar, entre as pessoas que possuem uma relação proximal\ ou não, onde há um predomínio dos agressores serem apontados como os companheiros ou ex-companheiros, e as mulheres serem as vítimas dessa relação abusiva e cíclica. Quando este agressor possui uma relação consanguínea com a vítima, observa-se que a representação das mulheres em relação a violência sofrida recebe uma outra conotação.

³⁶ 05 de outubro de 2017

Como aponta neste discurso, a violência praticada pelo filho é justificada como uma reprodução do que aprendeu com o pai:

[...] “Hoje eu tô vivendo a violência [...] Como tô vivendo a violência hoje [...] em casa com o filho dele.. eu não posso conversar com as pessoas... eu não posso me arrumar ...se eu não fazer o suco para ele tá reclamando, é assim o tempo inteiro... Ele tá querendo assim [...] como se ele quisesse assim [...] ser autoritário comigo e eu vejo praticamente que aquilo não é coisa dele é coisa do pai [...] é herança que ele herdou do pai [...]. (Maria Angélica)

Neste discurso a mulher reconhece está vivendo a violência doméstica, por parte do filho, atribuindo que este está reproduzindo o que aprendeu com o pai violento, é notório como esta mulher ao referir o filho como aquele que a violenta, o representa como o “filho dele”- ou seja, daquele que a agredia antes.

Ressaltando neste sentido, como a representação da natureza feminina de ser protetora e zelar pelo outro acabam fazendo destas mulheres, agentes de violência contra si mesma ou contra os outros, esse discurso também foi proposto por (GREGORI, 1992) que enfatiza que ao perceber o agressor como vítima da situação ou incapaz, a mulher acaba permanecendo no ciclo da violência, justificando como uma desordem que não ocorre de forma isolada, mas conectada a outros fatores.

[...] Lembro um dia de domingo, eu tinha feito a comida e ele já chegou me xingando, aí ele pegou as comidas e jogou tudo no chão... quebrou tudo... Ai meu filho mais velho perguntou... Mainha o que foi isso aqui? Eu respondi... foi o dono da casa ...e ele disse assim: porque você fez isso? Porque custou meu dinheiro... e ele disse você não poderia fazer isso porque seu filho come também. Ai meu filho foi embora de casa foi para casa da namorada e disse que a partir de hoje ele não fizesse mais com minha mãe o que você já fez. Eu deitei e fiquei com medo e no outro dia ele levantou ----- como se nada tivesse acontecido. Ai eu falei vou dar um basta nisso e ele disse vai fazer o que? eu disse.. vou procurar meus direitos... eu vou sair dessa casa ou você vai sair, eu nem estava fazendo questão da casa, eu tava querendo é viver.” (Maria Angélica).

Nesse discurso a mulher busca ajuda por considerar a negligência direcionada aos filhos:

[...] “Ah... ele pegou o cartão do bolsa família ... eu fui pedir ele arrastou na minha cara e disse... “ minha barriga está cheia e a sua está vazia” ... que eu pegasse sete enxadas e desse para meus filhos limpar quintal dos outros e não me deu o cartão [...] Deixou eu e os meninos com fome... por mim

não...que ele já me deixou com fome mas os meninos [...] ai fui procurar o promotor que pegou o cartão. (Maria Flor).

Neste sentido, o pedido de ajuda pode ser visualizado como um socorro para que o conflito seja amenizado ou resolvido. Algumas mulheres o utilizam como estratégias de enfrentamento, já que não se sentem portadora de autoridade perante o agressor.

No entanto, neste discurso, também apresenta explícito a manipulação do agressor em querer manter a mulher sobre seu domínio, na sua dependência.

A "maneira de Perceber" a violência pelas mulheres corresponde à imagem reproduzida pela sociedade machista, que normaliza o que vem do homem por ser considerado forte e viril, e naturaliza e fragiliza tudo que corresponde a mulher. A referida maneira de perceber e enfrentar a violência se encontra mediante as relações de dominação seja entre homem e mulher, quanto para outros membros da família.

Deste modo, a violência é naturalizada e reproduzida pela sociedade, que aceita comportamentos hostis praticado de um indivíduo contra o outro sempre buscando uma justificativa, um culpado e uma vítima, no entanto, sob pontos de vista machista e patriarcal.

5.3 Percepção das mulheres em relação as atividades desenvolvidas no CRAM

Visando atender ao objetivo deste estudo, buscou-se compreender como as mulheres percebem as atividades desenvolvidas no Centro de referência.

As mulheres definiram em seus discursos que o centro realizava atividades de proteção, quando acolhiam suas demandas relacionadas a questão da justiça no que tange pedido de divórcio, registrar queixa\LMP, assim como apoio para tomada de decisões, que oferece atendimentos jurídico e psicológico, assim como ajuda.

Revelando nos discursos que o centro realizou ações de proteção a partir do apoio, conselhos, orientação, acolhimento. Representando a fragilidade e ausência

de autonomia que as mulheres se encontram quando emergidas por muito tempo em uma relação de submissão. O Centro aqui é referido como aquele que denota segurança.

O objetivo primário do acolhimento no centro é prevenir que outros atos de agressão ocorram, assim como promover o rompimento do ciclo da violência, criar estratégias para que a mulher se sinta fortalecida com autoestima, e na tomada de decisões.

Como referenciado neste discurso :

[...] Hoje eu me sinto mais segura por causa do Centro, ainda bem que nunca precisei ir para um lugar para ficar escondida por um bom tempo... e o Centro me ajudou me orientou, me colocou pra cima.” (Maria Jasmim).

Representando como interpreta a sua relação com o centro, como um lugar que encontra orientação e devolve-lhe a autoestima.

No entanto, Silveira (2006), não afirma existir ainda este lugar simbólico para os centros, como ocorre com as delegacias, mas, que é imprescindível que haja mais estudos em termos qualitativos e quantitativos sobre a dinâmica dos serviços dos centros, assim como sobre a percepção, repercussões dos atendimentos na vida das mulheres.

Entretanto, as mulheres representaram o Centro ao discurso: sentir-se segura, e atribui que este realiza um serviço compartilhado com a justiça, trazendo para o CRAM um caráter de protetor para as mulheres e esperam que este seja um veículo para a resolução de casos envolvendo divórcio, medida protetiva, prisão do agressor.

Como se apresenta neste discurso:

[]... “Hoje eu não vivo mais problemas por causa do Centro que me botou na Maria da Penha, então, a gente temos que fazer a denúncia...” (Maria Angélica).

O modo de ver o centro como um serviço de proteção, é a definição do que as mulheres representam da sua realidade, a partir do seu conhecimento. Neste sentido, Cappi (2017) refere que o conhecimento de uma determinada situação

realizada pelos atores é [] .. “Amplamente tributária da maneira de apreendê-la e de conhecê-la”. Assim, importa descrever que o conhecimento se estabelece a partir de um ponto de vista, um interesse ou um objetivo.

Neste discurso o centro se apresenta como:

“ []...O centro é assim...uma casa, onde elas tem segurança em tá contando, que não vai sair pelas ruas, que ao invés dela está comentando com uma amiga que diz... aaa.. vai embora... arranja outro homem, e que muitas vezes tem mulheres que diz que tem que o companheiro, que tem que arrumar outro homem, ai ela está fazendo errado, fazendo assim ela vai está correndo risco pior: então, o que ela deve fazer é.. Procurar um centro onde ela deve ter um acompanhamento psicológico onde ela pode ter outras maravilhas...” (Maria Angélica).

A procura pelo centro em geral é revestida pela confiança de que a mulher terá uma intervenção de segurança e de certa forma gera uma expectativa de punição para os agressores. Em alguns casos pode estar assemelhado a uma delegacia, e ainda ocorreu de mulheres buscarem o centro para realizarem queixas, por desconhecerem as atividades desenvolvidas neste serviço.

Neste discurso a mulher refere que a falta de profissionais e de divulgação do centro, que favorece o desconhecimento do serviço desenvolvido:

[]...“Falta mais profissionais, o povo já vem de la pensando que é delegacia, []... então a pessoa tem que vim aqui já com o pensamento... porque ela veio aqui pensando que era uma delegacia essa senhora ... então a pessoa tem que vim pra cá já preparado pra saber o que ela vai ser atendida ...se é uma psicóloga, se é a coordenadora. (Maria Margarida).

As mulheres procuram recursos externos quando se deparam com situações que julgam não ter mais condições de suportar, sendo comum buscarem as delegacias, e algumas vezes os centros de referência. Revelando a necessidade do Centro ser apresentado à comunidade a partir de atividades externas, que envolvam divulgações em locais públicos e privados.

As “maneiras de ver” as atividades do centro pelas mulheres estão representadas nos discursos como um lugar de cuidado, proteção, estando

relacionado a uma interpretação sobre o modo como as atividades estão sendo desenvolvidas.

5.4 Percepção das mulheres em relação aos atendimentos realizados no CRAM.

A maneira como as mulheres percebem as atividades do centro contribui no modo de significar ou ressignificar a violência vivenciada, mediante as relações de dominação e subordinação nos ambientes domésticos.

Neste sentido, a forma como as mulheres representaram em seus discursos os atendimentos está relacionado a um modo de ver a violência com expectativa de mudanças. Representando no quadro dos discursos que todas as mulheres melhoraram a autoestima desenvolveram sentimento de autoconfiança para se defenderem e falar e enfrentar o medo e ter coragem.

A Palavra mudança já carrega em si um significado relacionado ao ato ou efeito de mudar, processo pelo qual, algo ou alguém se torna diferente do que era.

Nessa perspectiva a mudança é uma expectativa que as mulheres apresentam mesmo antes de buscarem o Cram, pois esperam que o homem mude seu comportamento e atitudes para que as coisas voltem ao normal, dentro do ideário do casamento feliz e duradouro. Quando esgotam as esperanças de que isso ocorra devido aos ciclos de tensões se repetirem, algumas mulheres buscam as redes de apoio e enfrentamento a violência.

As mulheres chegam ao centro fragilizadas, apresentando em suas narrativas a sua trajetória de vida, marcada pelos vários tipos de violência, e os motivos que a levaram a buscar o centro são variados, porém, específico no que tange a violência sofrida.

Desejam inicialmente resolverem seus problemas sociais e jurídicos: como moradia, questões de divórcio, até pedir orientação e nas intervenções iniciais com a psicóloga revelam a necessidade de falar, (cabe lembrar que as mulheres não possuem essa autonomia quando emergidas em uma relação de dominação), para estas mulheres, falar sobre a violência é uma experiência de aprendizado, pois ressignificou seu modo ver e enfrentar esse fenômeno.

Assim Gregori (1992), Chauí (1985), analisam que []... “à mulher foi constituída heteronomamente como sujeitos, sendo significada como uma subjetividade que falta algo que é imprescindível para a categoria sujeito: a autonomia de falar, pensar e agir, assim como vistas na dependência de servir os outros. ”

Neste discurso a mulher refere que a partir do atendimento aprendeu a falar e enfrentar o medo e reconhece que a profissional entendeu o que ele precisava:

[...] Meu acolhimento aqui foi excelente, eu sempre falo que a psicóloga entendeu que eu tinha que ser cuidada... eu me sinto bem... hoje eu posso dizer que é uma pessoa que eu sou capaz de contar qualquer coisa porque eu não me sinto envergonhada(risos) e através dela que eu sei falar um pouco, minha família mesmo me maltratava me humilhava...” (Maria Margarida).

O “ser cuidada” aqui se apresenta como uma necessidade de se sentir segura, possibilitando esta mulher melhorar sua autoestima e enxergar suas capacidades de enfrentar os medos. A mulher sempre assumiu o papel de cuidadora do lar dos filhos e do marido sendo um sujeito para outro, e ao sentir que também há uma necessidade deste cuidado estabelece um vínculo com a profissional. Neste sentido ressignificou sua autonomia em falar “sem vergonha” sobre seus problemas, refletindo em sair da fragilidade após se sentir cuidada.

Gregori (1992), cita que a imagem da mulher foi construída e direcionada ao ambiente doméstico, relacionado ao zelo, sendo impossibilitada de agir no mundo e está próxima da natureza dos instintos: amor e abnegação frente aos outros.

No entanto, neste discurso a mulher refere que a partir do atendimento percebeu a necessidade de registrar queixa, punir o agressor e de sair da relação abusiva:

“Como é que diz...? é ... o atendimento hoje para mim foi bem melhor porque eu hoje acordei, por que antes eu não queria dar queixa dele, que não daria em resultado nenhum e hoje eu tô vendo o resultado eu enxergo com outros olhos. O centro me ajudou nos conselhos, recebi todo apoio, eu conseguir sair dessa relação. Foi muito importante para mim.”(Maria Rosa).

Refere o atendimento no centro como um despertar para sair da relação abusiva, através dos conselhos e apoio, palavras que se aproximam mais uma vez da necessidade de ser ouvida e cuidada.

Referimos também neste contexto o seguinte trecho:

[...] “eu acho assim que depois que a gente começa a ser atendida aqui, a gente tem uma maneira de ver a vida diferente, a gente pensa melhor, pode dar um conselho a uma pessoa melhor sabe... ver o problema da pessoa, não igual ao nosso , mas a gente tenta dar um apoio pra pessoa crescer assim, ter atitude...”.

Significa a importância do atendimento e como mudou sua maneira de ver a vida. E como pensa em disseminar este aprendizado com outras pessoas que necessita apresentando a necessidade de cuidar do outro.

No que refere as expectativas das mulheres após os atendimentos a maioria dos discursos apresentam uma esperança de resolução da justiça sobre divórcio, assim como indicam o desejo que o agressor saia de casa, apenas uma refere que o agressor deveria passar por um acompanhamento, sendo que 2 esperam a prisão para o agressor.

Logo, as mudanças no que refere as expectativas das mulheres após o atendimento vão além das atividades desenvolvidas no Centro, pois necessitam de resoluções de outros setores como do judiciário, que segue em passos lentos diante de tantos casos envolvendo a violência contra a mulher, assim como da rede de enfrentamento do município que deve estar conectada, para que atividades de prevenção e promoção no enfrentamento da violência contra as mulheres ocorram não direcionadas apenas ao público feminino, mas ao masculino também.

5.5 Maneira de ver e (re) pensar sua trajetória a partir da experiência de atendimento

Como pode ser visto, os resultados aqui encontrados, estão baseados nos discursos das mulheres, mediante as entrevistas realizadas no campo desta pesquisa, e através das suas narrativas foram apresentados dados de uma cultura enraizada no machismo, baseada em modos patriarcais, que desloca a mulher, à posição de submissão, mas que revelam, conteúdo baseados em suas experiências sociais, familiares e conjugais.

No entanto, no âmbito deste contexto de relações as representações sociais onde se encontram essas mulheres, estão relacionadas a sua interação com o meio, que para Moscovici (2015), é o ambiente das interações sociais que se revelam os sistemas de valores, noções e percepções sociais que vão permitir a estabilização do quadro de vida dos atores envolvidos.

Portanto, cabe aqui relacionar que as representações sociais ocorrem nos universos chamados consensuais, que para Paulino e Rodrigues (2016), são ambientes onde estes se relacionam ou estão institucionalizados, que interagem e se comunicam, logo favorece no compartilhamento de representações, pensamentos, percepções e imagens.

Assim como, identificar representações sobre a violência mediante os padrões patriarcais em relação aos papéis estabelecidos entre o homem na figura de provedor, viril, que normatiza e naturaliza a violência contra suas parceiras ou quando assume uma relação extraconjugal, podendo este adentrar espaços públicos e exigir obediência nos espaços privados, como por exemplo, no interior dos lares.

Sendo a mulher vista e aceita nesta sociedade como cuidadora do lar, dos filhos e do marido, aquela que provém a alimentação e asseio da casa, sendo está designada ao ambiente privado da sociedade, questionada e impedida de assumir outras funções que possam lhe tirar do controle exercido pelo companheiro. Assim, toda possibilidade de enfrentamento é repreendida por aquele que detém o controle.

No entanto, pode-se notar que a mulher é considerada vítima pela sociedade quando ocorre a violação dos seus direitos, ao ser agredida de diversas maneiras pelo homem com quem mantém ou manteve uma relação íntima ou ainda por outro membro da família. Como foi apresentada em um discurso a violência foi praticada pelo companheiro e filho dela.

Entre as representações sobre como as mulheres significam a violência, é notório surgirem as categorias da violência relacionada a traição, rejeição, humilhação perante aos filhos e amante, sentimentos de (des)valor mediante a qualquer ação da mulher seja no ambiente privado ou público.

Atribuindo a justificativa da mudança do comportamento do homem relacionado ao uso de álcool, traição e o ciúme, que passam a ser entendidos como uma forma de proteger, ou este pode ser visto como a única forma de ter atenção deste homem.

Assim, como as mulheres revelam que muitas vezes são agredidas sem motivos; atribuindo ao medo de morrer, afetividade e não ter para onde ir com os filhos, serem fatores que as mantêm ou mantiveram no ciclo da relação abusiva.

Porém, quando a agressão é dirigida aos filhos a representação da violência apresenta a configuração de: “ele sempre foi ruim mesmo”, nega alimentação, assistência e moradia, negou a paternidade, culpou a mulher pela deficiência do filho, não aceitar direitos trabalhistas para não dar pensão, ressignificando que o agressor agride os filhos para atingir as mulheres, sob a ótica cultural acaba atingindo a figura da mãe cuidadora.

O tipo de violência que teve unanimidade nos discursos é o da violência psicológica, sendo esta subnotificada e considerada como algo de menor potencial tipo uma briga de casal. Porém, uma vez que, não deixam marcas, (algo que remete a cientificidade do ver para crê), pelos órgãos de defesa, sociedade, família, que acabam naturalizando e revitimizando, ao ponto das próprias vítimas demorarem de identificar como um tipo de violência que mais atinge as mulheres e causam danos biológicos, psíquicos, sociais, familiares, etc. Estando associada a outros tipos de violência como física, patrimonial, sexual, etc.

No que representam sobre atitudes de dominação do homem, narram como o agressor dificulta os meios de sustento da família a fim de mantê-los sobre controle, rompendo com qualquer tentativa de empoderamento da mulher a desqualificando, desfazendo de bens, desvalorizando a sua imagem e potencializando a imagem da amante através de comparações, gestos e objetos.

No que tange as representações em torno dos meios que estas mulheres utilizaram para se defenderem ou intimidar os agressores, surgiram as categorias: chamar a polícia, falar com o agressor sobre a Lei Maria da Penha, que serviu de reforço positivo para o enfrentamento desde ciclo, isto quando houve uma certa

punição para o agressor (a punição emerge nos discursos das mulheres como uma expectativa a ser alcançada).

Duas mulheres enfrentaram a violência ao pedir que o agressor saísse de casa, (pois são as proprietárias), enquanto a maioria informa que intimidou o agressor ao citar que está frequentando o centro de referência, referindo estarem protegidas pela justiça.

A maioria das entrevistadas necessitaram de ajuda da sua rede social ou foram encaminhadas pela rede Intersetorial do município, uma mulher informa que buscou ajuda inicialmente para o filho e que no acolhimento do Centro de referência da Assistência Social -CRAS, percebeu da necessidade de falar sobre a experiência com violência sendo encaminhadas ao CRAM.

Nos discursos foram apontados como os atendimentos psicológicos e jurídico foram importantes na ressignificação da violência, e empoderamento feminino, assim como foi pontuado como fragilidade deste centro: a falta de divulgação dos serviços nos bairros periféricos, a necessidades de se ter mais profissionais e de oferecer mais dias de atendimento.

No que tange aos atendimentos, elas têm uma expectativa de mudança na vida, no modo de pensar e ressignificar a violência que inclui proteção e cuidado para elas, assim, esperam serem atendidas pela justiça no que tange a punição do agressor ou até mesmo de liberá-las do compromisso do casamento através do divórcio e separação dos bens.

A expectativa de obter o divórcio rompe com o projeto de vida de muitas mulheres, que investiram esforços em se manterem em um relacionamento abusivo e dominado em nome da família e dos bons costumes, que terminaram por aprisiona-la em um ciclo de tensões.

A percepção das mulheres sobre a violência e as atividades do CRAM, as revelaram enquanto “ sujeitos de fala”, lugar negado mediante as relações de dominação. Logo, necessitaram da intervenção do Centro de Referência de atendimento à mulher representado pelos atendimentos dos profissionais, como o lugar que estas mulheres encontraram para narrar suas experiências, percepções,

imagens, desejos e expectativas de mudanças e assim, ressignificaram seu modo de se ver, sentir, representar, ou seja, de ser a protagonista da sua história.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude ao que foi observado neste estudo, ao buscarem o Centro de referência e atendimento, as mulheres rompem com um ciclo de tensões ao ter coragem para buscar ajuda e falar sobre a violência, enfrentam as barreiras do medo, da culpa e vergonha. Portanto, o centro foi avaliado como um lugar de referência para o cuidado e apoio as mulheres em situação de violência.

O modo das mulheres perceberem as atividades desenvolvidas pelo CRAM está intrinsecamente relacionada à sua experiência com a violência doméstica, ressignificada sob a perspectiva das suas interações com o meio e com as intervenções realizadas pelo atendimento psicológico e jurídico.

Observamos a partir dos relatos das mulheres, os esquemas de percepção sobre violência doméstica, introjetado e modificado pelas mesmas, tendo como eixo a organização social de gênero.

A compreensão das representações sociais da violência contra as mulheres e do atendimento realizado pelo CRAM, surge como um relevante instrumento que pode de maneira geral, possibilitar mudanças na forma como o serviço público que presta atendimento as mulheres em situação de violência, vem atuando.

Contudo, esta pesquisa é de fundamental importância, no sentido de demonstrar as representações das mulheres sobre o que vivenciaram a partir da violência, ampliando o modo de (re) pensar sobre este fenômeno. A partir destas mulheres foram apresentados significados para a violência sofrida por elas, através da sua individualidade e realidade, logo, a violência foi considerada como: ausência de cuidado, de diálogo e de direitos.

É importante ressaltar a necessidade de novos estudos que contemple as mulheres em situação de violência, sobre a perspectiva de atender as demandas relacionadas a efetivação de políticas públicas e da legislação. Tornando importante colocar em pauta a ampliação de estratégias para acolhimento, enfrentamento da violência, principalmente nos locais que se encontram desassistidos destas políticas

7.REFERÊNCIAS

ARRUDA, A.; Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de pesquisa**, v. 117, n. 127, 2002, p. 127 - 147.

BLAY, E A. Violência contra mulher e políticas públicas. **Estud. av.** v.17 n°.49, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 648, de 28 de março de 2006e. Diário Oficial da União. Disponível

em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prtGM648_20060328.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2017.

BRASIL secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: 2013-2015. Brasília: SPM. Consultado a 17.10.2014, em <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em22ago13.pdf>

BRASIL, Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Coleção enfrentamento à violência contra as mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, Brasília, 2011. Disponível em:

<<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/rede-deenfrentamento>>. Acesso em: agosto de 2016

CAVALCANTI, S V. S. F. **Violência doméstica**: análise artigo por artigo da lei Maria da Penha, n. 11.340/06, 2008, p. 29.

CANUTO, M. A. O. et al., Reflexiones sobre violencia contra la mujer y su interface con la calidad de vida. **Rev enferm.** UFPE, Recife, 8(6):1799-803, jun., 2014

CORTES, G,R **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES-**

ARARAQUARA. SP 2008 Disponível

em:https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106298/cortes_gr_dr_arafcl.pdf?sequence=1

CRENSHAW, K **“Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine”, “Feminist Theory and Antiracist Politics,”** The University of Chicago Legal Forum, n. 139, 1989, p. 139-140, 152-167.

DIAS, V.A. (2012). **Referência e Contra Referência: Um importante Sistema para complementaridade da Integralidade da Assistência.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista) - Saúde Pública - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2012

D'OLIVEIRA, ANA F P L et al., Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: uma alternativa para a atenção primária em saúde. **Ciênc.saúde coletiva** 14(4), 2009

ESCUDEIRO M, J F. **Violência doméstica :consideraciones generales**, p.185-260. In: Estudios sobre violencia familiar y agresiones sexuales – 2001 II .Madrid: centro de estudios jurídicos de la admistracion de Justicia: Instituto de la mujer, p.192. 2001

FARAH, M F. Gênero e Políticas Públicas, **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis. v.12, n.1, p.7-17. 2004.

GUIMARÃES,I ,S;MOREIRA,A,R. **Lei Maria da Penha: aspectos criminológicos, de política criminal e do procedimento penal.**2ªed. Curitiba: Juruá,2011.

INOJOSA R M (2001). **Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento com intersectorialidade.** In: Cadernos FUNDAP, 22, 102-110 Consultado a 25.05.2015, em http://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_ser_vicos_publicos.pdf

JODELET, D.:. **Représentations sociales: un domaine en expansion.** In D. Jodelet (Ed.) **Les représentations sociales.** Paris: PUF, 1989, p. 31 - 61.

Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves Mazzotti.

UFRJ- Faculdade de Educação, 1993, p. 1-21. Disponível em:

<<http://docplayer.com.br/36945-Representacoes-sociais-um-dominio-em-expansao-denise-jodelet.html>>. Acesso em: 11 out 2016.

LIMA, J S T. **Estratégias de enfrentamento em mulheres que sofrem violência por seus parceiros**. 2013. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Saúde e Ambiente). Universidade Tiradentes. Aracaju, Sergipe.

LETTIERE, A., NAKARO, A.& BITTAR, B. **Violência contra a mulher e suas implicações na saúde materno – infantil**. Acta Paulista Enfermagem, v.25 n 4, 2012

LETTIERE, ANGELINA. **A rede de atenção a mulher em situação de violência sob perspectiva do pensamento complexo**. 2015. Tese (Doutorado em Enfermagem em Saúde Pública)- Escola de enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

¹ @LUCENA, Kerle Dayana Tavares de et al . **Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher**. J. Hum. Growth Dev., São Paulo , v. 26, n. 2, p. 139-146, 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-822016000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 jul. 2017

MOSCOVICI, S.; **Representações sociais: investigações em psicologia social**. In: Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

A psicanálise, sua imagem e seu público. Petrópolis: Editora vozes.

MINAYO, M C S. Laços perigosos entre machismo e violência. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v 10 n 1, p:23-26.2005

MARINHEIRO, A. L. V.; VIEIRA, E. M.; SOUZA, L.de. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. **Rev. Saúde Pública**. , v.40, n.4, p. 604-610. 2006.

Norma técnica de uniformização dos centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência. Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres. Presidência da Republica. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/publicacoes/norma_tecnica_de_uniformizacao>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

PAULINO M, M. RODRIGUES: **Violência Doméstica – identificar\ avaliar \ intervir**.1ª ed. Outubro de 2016

PARENTE, O.E. **Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia**. Dissertação (Mestrado). 2013. 89 p. Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Fortaleza

PASINATO W. Contribuições para o debate sobre violência, gênero e impunidade no Brasil. **São Paulo em perspectiva**,v 21 n.2, p.5-14,2007

RITT, C. F.; RITT, E. 2014. **A (des) necessidade da representação da vítima para a punição do agressor da violência de gênero compreendida como garantia fundamental contra a violência doméstica praticada contra a mulher.** XI Seminário internacional de demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea. VII mostra de trabalhos jurídicos científicos. Rio grande do sul Brasil.

SAFFIOTI, H.I.B. **Rearticulando gênero e classe social.** In: COSTA, A.O. ; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma Questão de gênero. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

Saffioti, H Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 2, 1997.

SCOTT, J “Gender: Useful Category of Historical Analysis”. **American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1975.1986.

SOUZA T.B. **Reflexões sobre os aspectos sociais da violência contra a mulher.** Rio das ostras RJ novembro 2013.Disponível em:www.puro.uff.br/tcc/2012-2/Bruna%20Tavares%20de%20Souza.pdf, acesso em 30 de novembro de de 2016.

SOUZA, M. H.N, Souza IEO, Tocantins FR. A utilização do referencial metodológico de rede social na assistência de enfermagem a mulheres que amamentam. **Rev Lat Am Enfermagem.** .v 17, n 3, p 54-360. 2009;

SOUZA, T.B. **Reflexões sobre os aspectos sociais da violência contra a mulher.** Rio das ostras. RJ novembro 2013.Disponível em:www.puro.uff.br/tcc/2012-2/Bruna%20Tavares%20de%20Souza.pdf, acesso em 30 de novembro de de 2015.

STREY, M N. **Mulher, estudos de gênero**, 1997, pág. 130-132.

TOLEDO, L G. **Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista.** (Dissertação de Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis-SP, 2008.

WASELFISZ J. J. **Mapa da violência de 2015: homicídio de mulheres no Brasil,Flasco inst.sangari.** 1ª Edição Brasília – DF – 2015. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em 30 de outubro de 2015.

WERNERCK J. **Políticas públicas para mulheres negras: passo a passo defesa, monitoramento e avaliação de políticas públicas.** Criola Rio de Janeiro RJ, 2010. Disponível em: http://criola.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Livreto1_Politicas.pdf acesso em fevereiro 2016.

APÊNDICES

Apêndice A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

TÍTULO DA PESQUISA: Violência doméstica: entre tantas Marias.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS).

Eu _____, declaro que estou ciente da minha participação na pesquisa com o título acima citado que tem como objetivo principal: descrever como as mulheres vivenciam as atividades de proteção realizadas no centro no Centro de Referência.

A minha participação será registrada através da aplicação de uma entrevista semiestruturada, que poderá ser gravada. Fica acordado que a minha identidade será inteiramente preservada e que as informações por mim fornecidas serão exclusivamente utilizadas para fim de pesquisa científica. Bem como, a minha participação é livre e espontânea.

Ressalta-se que as informações prestadas serão utilizadas exclusivamente para a finalidade da pesquisa, estando submetidas às normas éticas destinadas à

pesquisa envolvendo seres humanos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS) do Brasil.

Neste sentido, essas informações serão analisadas e apresentadas à instituição investigada sob a forma de um relatório de pesquisa. Como fins acadêmicos, os resultados elaborados serão apresentados também sob a forma de artigos a fim de serem submetidos a periódicos científicos. A importância de colaborar consiste no fato de que os resultados da pesquisa poderão contribuir para o aperfeiçoamento de ações no centro de referência, no âmbito da violência contra as mulheres.

Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados. Também posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento que eu desejar. Os dados desta pesquisa serão guardados sob responsabilidade do pesquisador, por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Podendo entrar em contato com a autora da pesquisa: Daiana Caroline Barbosa de Andrade, pelo endereço: PPGCS, Rua Ana Nery, 25 – Centro, Cachoeira | Bahia | CEP 44300000. Telefone: (75)3425-2242, ou no e-mail: daiandrad@hotmail.com.

Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

Cruz das almas, BA ____/____/2017.

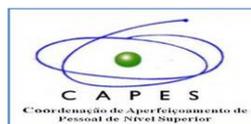
Participante - Assinatura: _____

Nome completo: _____

Pesquisador - Assinatura: _____

Nome completo: _____

Apêndice B- Carta de apresentação



Projeto: Violência doméstica: discussão sobre
Como as mulheres vivenciam as atividades de proteção
Realizadas no centro de referência.

À Secretaria Municipal de políticas especiais Cruz das Almas, Bahia

Ilmo (a) Sr., Pablo Rezende

Secretário (a) de Políticas especiais de Cruz das Almas, Bahia

Venho solicitar autorização dessa Secretaria para desenvolver a pesquisa científica sobre violência doméstica contra as mulheres, cujo objetivo é discutir como as mulheres vivenciam as atividades de proteção realizadas no centro de referência. Sob a temática: “Violência doméstica: entre tantas Marias”, na cidade de Cruz das Almas, Bahia.

A pesquisa faz parte da dissertação de mestrado em Ciências Sociais que realizo no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob a orientação do Professor Dr. Riccardo Cappi. Para a coleta dos dados da pesquisa, solicito acesso

ao Centro de referência de atendimento à mulher: Maria Joaquina (CRAM), tendo disponibilidade a informações atinentes ao objeto do estudo, assim como estarei realizando observação in loco e entrevistas com usuárias do centro de referência, buscando manter conduta ética.

A importância da pesquisa consiste no fato de que os resultados poderão contribuir para o aperfeiçoamento de ações no centro de referência, no âmbito da violência contra as mulheres.

Certa de contar com sua habitual colaboração para o desenvolvimento de pesquisas científicas no âmbito das políticas públicas relacionadas a mulheres e, mais especificamente, com aquelas relacionadas a vítimas de violência, agradeço antecipadamente.

Cruz das Almas, BA ____/____/2017.

Secretário de políticas especiais de Cruz das Almas, BA.

Riccardo Cappi - Orientador

Daiana Caroline Barbosa de Andrade – pesquisadora

Apêndice C- Termo de Anuência

ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS BA

SECRETARIA DE POLÍTICAS ESPECIAIS



CRUZ DAS ALMAS BA, 27 JULHO DE 2017

DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

A Secretaria de Políticas Especiais de Cruz das Almas Bahia declara estar ciente e de acordo com a realização da Pesquisa Violência doméstica : entre tantas marianas, sob a responsabilidade de Daiana Caroline Barbosa de Andrade (RG 974811572, CPF 013658575 22), Mestranda em ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,- UFRB, garantindo o acesso ao Centro de Referência a atendimento à mulher – CRAM ,conforme previsto carta de apresentação da pesquisa, que foi entregue a este órgão e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem -estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados.

Atenciosamente,

Pablo Rezende
Secretário de Políticas Especiais

Apêndice D – Roteiro semiestruturado de entrevista

Primeira Seção

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

- 1 - Poderia relatar sua experiência com a violência doméstica antes de ser atendida ao CRAM?
- 2- Como avalia a experiência do acolhimento inicial no CRAM?
- 3- Como você compreende a violência após o acolhimento e atendimento no CRAM?
- 3- Como você percebe a atuação do CRAM na prevenção, e enfrentamento a violência?
- 4-Como você compreende as atividades de proteção ofertadas pelo centro?
- 5- Qual a sua expectativa após o atendimento no CRAM?

Segunda Seção

Dados sociodemográficos

- 1. Sexo:**
- 2. Idade:**
- 3. Cor (autodeclarada):**

4. Estado Civil:

5. Escolaridade:

6. Profissão